

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROPOSTA PEDAGÓGICA APLICADA
HISTÓRIA LICENCIATURA

MARCOS TADEU NASCIMENTO DA SILVA

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: A Preservação das Camboas de Panaquatira em São
José de Ribamar – MA.

São Luís
2018

MARCOS TADEU NASCIMENTO DA SILVA

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: A Preservação das Camboas de Panaquatira em São José de Ribamar – MA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do grau de licenciamento em História

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Júlia Constança Pereira Camêlo

São Luís
2018

MARCOS TADEU NASCIMENTO DA SILVA

Educação Patrimonial: A Preservação das Camboas de Panaquatira em São José de Ribamar – MA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do grau de licenciamento em História.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a. Júlia Constança Pereira Camêlo – Orientadora
Universidade Estadual do Maranhão

Professor (a) Dr (a).

Professor (a) Dr (a).

São Luís

2018

AGRADECIMENTOS

A Deus e por ter me dado saúde e guiado meus passos desde as tradições deixadas por meus antepassados.

Aos meus pais, Francisco Reginaldo Rodrigues e Maria José Nascimento pelo amor, incentivo e apoio incondicional que mesmo enfrentando todas as dificuldades me permitiram um justo ensino de base.

Ao meu avô Crescencio Nascimento por ter me mostrado a arte de viver da pesca e o respeito a natureza para o sustento humano.

A minha orientadora Prof.^a Dr.^a. Júlia Constança Pereira Camêlo que nunca desistiu de mim, agradeço pelo suporte, pela maravilhosa disciplina de “Patrimônio” e pelas suas correções e incentivos na vida.

A minha companheira e melhor amiga Sthefane Batista Vieira por todo incentivo e cuidado. Por ter sido atenciosa, profissional e paciente durante o período que foi minha co-orientadora nesse trabalho.

Aos meus irmãos pelo amor e companheirismo.

A comunidade de Panaquatira de São José de Ribamar - MA pelo ensinamento e pela recepção maravilhosa em todas as etapas deste trabalho.

A esta universidade, seu corpo docente, trabalhadores, direção e administração do curso.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

A presente proposta tem como objetivo ações educativas que possibilite a formação de novos sujeitos aliados na proteção do Patrimônio Material, Imaterial e Paisagístico. A partir de atividades de campo e levantamento bibliográfico a proposta desse trabalho foi desenvolver ações pontuais de Educação Patrimonial na comunidade de Panaquatira São José de Ribamar - MA, com foco na escola (ensino formal) e com a comunidade de pescadores (ensino informal) que utilizam as Camboas de pesca tradicionais. Buscando justamente um processo de educação dialógica e problematizadora com comunicações orais e expositivas a respeito do patrimônio histórico cultural local e a identidade da comunidade em relação ao Patrimônio. Assim, este trabalho foi desenvolvido de modo a promover uma abordagem educativa que na medida do possível aponta para uma interdisciplinaridade, principalmente sobre temas que normalmente não são abordados nos livros didáticos de história. Considerou a importância de demonstrar ao público envolvido que suas ações cotidianas interagem com o patrimônio e que o conceito de patrimônio cultural apresenta maior amplitude do que o apresentado comumente.

Palavras-chave: Arqueologia. Patrimônio. Tradição de Pesca. Educação Patrimonial.

ABSTRACT

The present proposal aims at educational actions that enable the formation of new subjects allied to the protection of Material, Intangible and Landscape Heritage. From field activities and bibliographical research the proposal of this work was to develop specific actions of Patrimonial Education in the community of Panaquatira São José de Ribamar - MA, focusing on the school (formal education) and the community of fishermen (informal teaching) that traditional Camboas fishing. Seeking precisely a process of dialogic and problematizing education with oral and expositive communications about the local cultural heritage and the identity of the community in relation to the Patrimony. Thus, this work was developed in order to promote an educational approach that as far as possible points to an interdisciplinarity, especially on topics that are not normally addressed in the textbooks of history. He considered the importance of demonstrating to the public involved that their daily actions interact with the patrimony and that the concept of cultural patrimony presents a greater amplitude than the commonly presented one.

Keywords: Archeology. Heritage. Fishery Tradition. Patrimonial Education.

LISTA DE TABELA

Nº	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	Quadro de Registro de Sítio Arqueológico pelo CNSA.	16

LISTA DE FIGURAS

Nº	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	Paredes de pedra formando uma das Camboas da Panaquatira	19
02	Paredes de pedra formando uma das Camboas da Panaquatira	19
03	Paredes de pedra formando uma das Camboas da Panaquatira	19
04	Vista aérea feita por Drone	29
05	Camboa de panaquatira em maré vazante	30
06	Mapa do pesquisador Antônio Norberto com o destacamento da possível localização das 27 aldeias tupinambá na ilha de São Luís	31
07	Cerâmica Tupi no Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão.	32
08	Cerâmica Tupi no Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão.	32
09	Conjunto de Cerâmica Tupi no Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão.	32
10	Vista da Camboa de Panaquatira São José de Ribamar/MA.	40
11	Vista Aérea da Camboa de Panaquatira São José de Ribamar/MA.	41
12	Escavação do Sambaqui do Iguaiaba Paço do Lumiar/MA.	41
13	Breve descrição sobre os sambaquis do Brasil e do Maranhão.	42
14	Autoretrato no Sambaqui de Panaquatira São José de Ribamar/MA.	42
15	Escavações no Sambaqui de Panaquatira.	43
16	Histórico dos povos caçadores-coletores-pescadores	43
17	Povo tupinambá	44
18	Povo Tupinambá.	44

19	Registros escritos sobre as Camboas em Panaquatira.	45
20	Relato dos Franceses na visita a Itapary.	45
21	Mapa de Antônio Norberto.	45
22	Os tupis e a arqueologia do Maranhão.	46
23	Cerâmicas Tupi exposta no Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão.	46
24	Os índios Gamela e a cidade de São José de Ribamar.	47
25	Família em coleta de sirí na Camboa – Praia de Panaquatira	47
26	Coleta de sirí em Camboa da praia de Panaquatira São José de Ribamar/MA.	48
27	Vista de cima da comunidade de Itapari – Praia de Ponta Verde São José de Ribamar/MA	48
28	Camboa de Panaquatira em Maré Baixa	49
29	Pescador e Instrumentos de pesca – currais de Panaquatira São José de Ribamar/MA.	49
30	Pesca com rede na Camboa de Panaquatira São José de Ribamar/MA.	50
31	Currais de pesca na praia de Panaquatira São José de Ribamar/MA.	50
32	Currais de pesca na praia de Panaquatira São José de Ribamar/MA.	50
33	Currais de pesca na praia de Panaquatira São José de Ribamar/MA.	50
34	Confecção de Rede com reciclagem de Fios de Telefone, Comunidade de Panaquatira São José de Ribamar/MA.	51
35	Sr. João Damasceno artesão da comunidade de Panaquatira SJR/MA, confecção de rede de pesca.	52
36	Quadro de Registro de Sítio Arqueológico pelo CNSA.	52
37	Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937	53
38	Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009.	53
38	Carta Magna Fonte: BRASIL	54
39	Técnicas locais de preservação	54
40	Falésia e o afloramento de concreções ferruginosas (rocha	57

	lateritica) Praia de Panaquatira SJR/MA.	
41	Falésia com escala humana Praia de Panaquatira SJR/MA.	57
42	Contato com pescadores-coletores na fase de observação da Camboa de Panaquatira SJR/MA.	57
43	Pedras espalhadas pela força da maré.	58
44	Monte de pedra da Camboa de Panaquatira SJR/MA.	58
45	Monte de pedra da Camboa de Panaquatira SJR/MA – falésia ao fundo.	59
46	Matéria prima utilizada na construção da Camboa de Panaquatira SJR/MA.	59
47	Foto com escala demonstrando a altura do empilhamento de pedra na Camboa de Panaquatira.	60
48	Espessura do empilhamento de pedra da Camboa de Panaquatira SJR/MA.	61
49	Imagem de Drone Camboa de Panaquatira SRJ/MA.	61
50	Camboa de Panaquatira SRJ/MA	62
51	Área de Camboa com a maré cheia. Imagem captada de cima da falésia onde encontra-se a comunidade de Itapary.	62
52	Maré na vazante onde parte das estruturas da camboa começam a se revelar na Camboa de Panaquatira SRJ/MA.	63
53	Maré na vazante onde parte das estruturas da camboa começam a se revelar na Camboa de Panaquatira SRJ/MA.	63
54	Sr Raimundo Nonato e seu filho Thiago Nonato esticando a rede para pesca na camboa de Panaquatira SJR/MA.	64
55	Confecção de redes artesanais feitas com fio de telefone na comunidade de Panaquatira/SJR/MA.	64
56	Seu João Nonato e a Produção de rede artesanal feita por fio de nilon	65
57	Pescadores fazendo a manutenção de currais de pesca feitos de madeira e rede na Praia de Panaquatira SJR/MA.	66
58	Cofo, Redes de Pesca e Curral na Praia de Panaquatira SJR/MA.	66
59	Pescadores em Currais de pesca feitas de madeira e rede na Praia de Panaquatira SJR/MA.	67

60	Prática de pesca em currais na Praia de Panaquatira SJR/MA.	67
61	Prática de pesca em currais na Praia de Panaquatira SJR/MA.	68
62	Sr João Nonato e seu filho Rafael Nonato em pesca de rede na Camboa da Praia de Panaquatira SJR/MA.	69
63	Sr João Nonato e seu filho Rafael Nonato em pesca de rede na Camboa da Praia de Panaquatira SJR/MA	70
64	Óficina de socialização do conhecimento na residência do Sr João Nonato na comunidade de Panaquatira SJR/MA.	71
65	Óficina de socialização do conhecimento na residência do Sr João Nonato na comunidade de Panaquatira SJR/MA	72
66	Livro didático utilizado pela turma do primeiro ano da E.M Santo Antônio.	73
67	Trecho do capítulo 01 do Livro didático utilizado na turma do 1º anos da Escola Municipal Santo Antônio – Panaquatira SJR/MA.	74
68	A ocupação da América e as descobertas arqueológicas - Capítulo 2 do Livro didático utilizado na turma do 1º anos da Escola Municipal Santo Antônio – Panaquatira SJR/MA.	75
69	Tópico 3 do capítulo 2 que trata dos sítios arqueológicos brasileiros e os Sambaquis de Santa Catarina - Livro didático utilizado na turma do 1º anos da Escola Municipal Santo Antônio – Panaquatira SJR/MA.	76
70	Faixa da Escola Municipal Santo Antônio – Panaquatira/SJR-MA.	78
71	Aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA.	78
72	Aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA.	79
73	Aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA.	79
74	Oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA.	80
75	Oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação	81

	Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA.	
76	Oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA.	81
77	Texto sobre a importância da preservação e retratação do patrimônio arqueológico do Maranhão. Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA.	82
78	Diferentes contextos de ocupação da Ilha de São Luís e sua paisagem natural. Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA	82
79	Diferentes espaços patrimoniais do Maranhão. Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA.	83
80	Texto sobre a importância da preservação e retratação do patrimônio arqueológico do Maranhão. Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA.	83
81	Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA.	84
82	Cultura Material - Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA.	84
83	Práticas de caça e pesca. Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA.	85
84	Texto sobre a importância da preservação e retratação do patrimônio arqueológico do Maranhão. Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na	86

	Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA.	
85	Cultura Material e Imaterial - prática de caça tradicional. Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA.	86
86	Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA.	86
87	Cultura Material - Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA	87
88	A tradição da caça. Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA.	87
89	Registros do Sr João Nonato Silva artesão da comunidade de Panaquatira SJR/MA.	89
90	Construtores da Camboa de Panaquatira SJR/MA - respectivamente José de Ribamar Corrêa, Fabrício de Jesus Silva e José Francisco Penha.	90
91	Coleta de sirí nas pedras da Camboa de Panaquatira SJR/MA.	91
92	Sra Lara Barros de Sousa coletora da Camboa de Panaquatira SJR/MA	91
93	Pesca e coleta – Camboa de Panaquatira SJR/MA.	91
94	Conversa com o sr João Francisco Lopes na Camboa de Panaquatira SJR/MA.	93
95	Coleta com o sr João Francisco Lopes na Camboa de Panaquatira SJR/MA.	93
96	Reciclagem com fios de telefone na residencia do Sr João Francisco Lopes Panaquatira SJR/MA.	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 O CONCEITO DE PATRIMÔNIO E OS IDEAIS DE PRESERVAÇÃO	19
1.1 A EDUCAÇÃO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL	19
1.2 EDUCAÇÃO PATRIMÔNIAL DIALÓGICA E A CRÍTICA AO CONCEITO DE “CONSCIENTIZAÇÃO”	21
1.3 PAISAGEM COMO PATRIMÔNIO	23
2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO	26
3 METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	35
3.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA METODOLÓGICA	35
3.2 OBSERVAÇÕES DE CAMPO PARA APLICAÇÃO DA PROPOSTA	37
4 CONTEXTUALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DA PROPOSTA	53
4.1 ATIVIDADES DE CAMPO E OBSERVAÇÃO NA PRAIA DE PANAQUATIRA	53
4.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA COMUNIDADE DE ITAPARY PANAQUATIRA – SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – MA	66
4.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA OS ALUNOS DO 9º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO – PANAQUATIRA – SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – MA	69
5 RESULTADOS	85
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	94
ANEXOS	98

INTRODUÇÃO

O processo de Educação Patrimonial nesse trabalho teve como objeto as Camboas (armadilhas de pesca) da praia de Panaquatira – São José de Ribamar. Na Ilha de São Luís as Camboas são referenciadas pelos cronistas franceses já no século XVII, a exemplo de uma passagem sobre a Aldeia Itapary (Sítio Ponta Verde e Sambaqui do Panaquatira), que ganhou esse nome graças a grande quantidade de currais e camboas de pesca existentes nas praias de Panaquatira, Boa Viagem, Ponta Verde e Ponta Vermelha, nas baías de São José e Curupu. Além da historiografia do contato algumas pesquisas arqueológicas, assim como a pesquisa realizada pelo professor Arkley Marques Bandeira em 2014, apontam que esses sítios podem estar associados a ocupações mais antigas, sendo o Sambaqui de Panaquatira com cultura material (cerâmica) datada de 6.000 (seis mil) anos antes do presente localizado a menos de 1km do complexo de estruturas e também situado na comunidade.

A tradição e a preservação da técnica de pesca em camboas de pedra ainda se mantêm presente entre os pescadores da região. As Camboas podem ser integradas a pelo menos 3 (três) categorias de patrimônio, assim como patrimônio histórico/arqueológico, patrimônio imaterial e patrimônio paisagístico. Nesse sentido, esse trabalho pretende apresentar ações pontuais e dialógicas de uma prática de Educação Patrimonial voltado para a preservação desse patrimônio.

As camboas de Panaquatira são patrimônios culturais brasileiros e estão protegidas pela nossa Carta Magna, a Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu Artigo 216, parágrafo 5º, que os sítios e vestígios arqueológicos são considerados como Patrimônio Cultural Brasileiro, portanto, devem ser preservados e protegidos na forma da Lei.

<p>Ministério da Cultura</p> <p>Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC</p>	<p>Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos</p> <p>CNSA / SGPA*</p>	 <p>IPHAN</p> <p>Centro Nacional de Arqueologia - CNA</p>
<p>- CNSA MA00171 -</p>		
<p>Nome do sítio: CAMBOAS DA PANAQUATIRA</p> <p>Outras designações e siglas: CNSA: MA00171</p> <p>Município: São José de Ribamar UF: MA</p> <p>Descrição sumária do sítio:</p> <p>Sítios relacionados:</p>		

Tabela 1: Quadro de Registro de Sítio Arqueológico pelo CNSA. Disponível em < http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?23594> acessado em: 02 de março de 2018.

Recentemente a paisagem cultural foi enquadrada na categoria de Patrimônio. Nasceu no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1992, e da Recomendação nº R (95)9 do Conselho da Europa (COE), em 1995. No Brasil apenas em 2009, com a publicação da Portaria nº127 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), colocando-se como uma possibilidade de contornar os limites das dualidades entre patrimônio cultural e natural e entre patrimônio material e imaterial praticadas pelas instituições de patrimônio, tanto no contexto internacional, quanto no nacional.

No âmbito do IPHAN, a paisagem cultural brasileira foi conceituada por meio da Portaria Iphan nº127/2009 como uma porção do território com características peculiares, produto de relações que os grupos sociais estabeleceram com a natureza, relações estas que podem aparecer fisicamente na forma de marcas, ou por meio de valores que lhes são atribuídos socialmente (IPHAN, 2009). As Camboas de Panaquatira se inserem diretamente nessas características. Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009. Regulamenta a Chancela da Paisagem Cultura Brasileira.

O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) concebe Educação Patrimonial como todos os processos educativos que visem a construção coletiva do conhecimento, pelo diálogo entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas.

De acordo com as postulações de Ana Carmem Amorim Jara Casco (2005) em seu trabalho “Sociedade e Educação Patrimonial”, consideramos que elaborar projetos educativos voltados para a disseminação de valores culturais, formas e mecanismos de resgate, preservação e salvaguarda, assim como para a recriação e transmissão desse patrimônio às gerações futuras, é, sobretudo, um projeto de formação de cidadãos livres, e autônomos. Neste sentido, o projeto educacional deve-se focar em métodos pedagógicos formais e informais.

A Educação Patrimonial, pensada como campo específico de políticas públicas para o patrimônio cultural, superou as ações centradas nos acervos e construções isoladas para a compreensão dos espaços territoriais como um documento vivo, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educativas. Deve ser entendida como eficaz em articular saberes diversificados, presentes nas disciplinas dos currículos dos níveis do ensino formal e, também, no âmbito da educação não formal. A Educação Patrimonial deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo (FLORÊNCIO, 2012).

Partindo da perspectiva de uma Educação libertadora e emancipatória na teoria de Freire (2001), entendemos que a conscientização significa a superação pelo homem de sua condição de objeto, ela implica uma atitude crítica diante do mundo, na qual o homem escolhe e decide, constrói a si mesmo como pessoa, transforma a realidade na medida em que se produz como sujeito da história. Neste sentido, esse processo educacional emancipador e libertado pode ser amplamente aplicado na Educação Patrimonial, onde através das práticas educativas da cultura e patrimônio é possível contribuir para a tomada de consciência dos homens como sujeitos da sua própria história.

A educação dialógica permite a ampliação do conceito de patrimônio. Superando o conceito de patrimônio chancelado pelo Estado, que reproduz uma narrativa da história nacional seletiva no reconhecimento do outro. Segundo SCIFONI (2012), na educação patrimonial dialógica constrói-se uma relação com as comunidades, possibilitando a apropriação social de conhecimento do qual o patrimônio é suporte. Dessa forma, problematiza-se a “desigualdade do patrimônio”,

que acaba por criar “uma visão parcial do que somos, na medida que nem todos estão ali representados, alguns bem mais do que outros” (SCIFONI, 2012, p. 34).

Propomos uma ação educativa que fomente ações de caráter transversal que possibilite a formação de novos sujeitos aliados na proteção do Patrimônio Ambiental, Histórico, Arqueológico e Etnológico. Aplicada no âmbito educacional, a interdisciplinaridade deve ser vista como uma forma de se tratarem temas que devem ser difundidos continuamente no ensino formal, principalmente no que diz respeito ao ensino da História, onde as informações sobre o patrimônio cultural local nem mesmo constam nos tópicos dos livros didáticos.

Assim, este trabalho foi desenvolvido de modo a promover uma abordagem educativa que, na medida do possível, aponta para uma interdisciplinaridade, principalmente sobre temas que normalmente não são abordados nos livros didáticos de história. Consideramos a importância de demonstrar ao público envolvido que suas ações cotidianas interagem com o patrimônio cultural material e imaterial, implicando em qualidade de vida e que o conceito de patrimônio cultural apresenta maior amplitude do que o apresentado comumente.

No que diz respeito ao processo de educação patrimonial não formal este trabalho partiu principalmente da convivência com pescadores da região de Panaquatira que lutam pela preservação dessas práticas antigas de pesca. A partir de levantamento de campo foi percebido que o uso das Camboas é variado e até os dias atuais permanecem úteis nas pescarias e coletas, indicando forte resiliência. Inclusive, as Camboas são um dos únicos espaços patrimoniais da Ilha de São Luís que são claramente associados pela população tradicional aos povos indígenas que habitaram a costa da baía de São José.

Nesse sentido, a partir de atividades de campo e levantamento bibliográfico a proposta desse trabalho foi desenvolver ações pontuais de educação patrimonial na comunidade de Panaquatira, São José de Ribamar - MA, com foco nas escolas (ensino formal) e com a comunidade de pescadores (ensino informal) que utilizam as Camboas. Buscando justamente um processo de educação dialógica e problematizadora com comunicações orais e expositivas a respeito do patrimônio histórico cultural local e a identidade da comunidade em relação ao Patrimônio.



Fotos 01, 02, 03: Paredes de pedra formando uma das Camboas da Panaquatira. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

A partir desta primeira parte introdutória o trabalho está organizado da seguinte forma: 1- O Conceito de Patrimônio e os ideais de Preservação, 2- Caracterização do local de estudo 3- Metodologia da Educação Patrimonial, 4- Contextualização e Aplicação da Proposta e 5- Resultados.

1 O CONCEITO DE PATRIMÔNIO E OS IDEAIS DE PRESERVAÇÃO

1.1 A EDUCAÇÃO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

O tema proposto abrange questões referentes ao patrimônio, à pesquisa histórica dialogando com a arqueologia e à educação patrimonial. Se, por um lado, trata da importância de preservar o patrimônio, por outro configura-se também como uma ação de educação patrimonial através da possibilidade de acesso ao conhecimento desse patrimônio (Camboas) por meio da pesquisa histórica e arqueológica.

O patrimônio se configura como um acervo documental que registra os acontecimentos da história de um lugar, de uma sociedade, porém se perde por falta de incentivo e principalmente pela perda da identidade da comunidade, que sofre constantes interferências do mundo globalizado.

A história e a arqueologia, entre outras ciências, certamente cumprem seus papéis de aliadas da luta em preservar e por que se preservar. A história a partir de documentos escritos e da história oral apresenta um conjunto de conhecimentos relativos ao passado da humanidade e sua evolução. Todavia, o conhecimento dos vestígios materiais remanescentes só pode ser obtido através da Arqueologia, ciência capaz de interpretar a realidade a partir dos restos da cultura material encontrados no ambiente. Os artefatos, os abrigos, as edificações e todo o contexto construído pelo homem constituem um arcabouço denominado de cultura material. Sua análise permite compreender as conquistas e mudanças que o homem realizou, ao longo do tempo, em relação à inovação tecnológica e à apropriação da natureza, bem como no tocante às interferências na paisagem em um momento em que não se tinha registros escritos.

Sobre um breve histórico do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil, a ênfase no patrimônio brasileiro atinge seu ápice no período que vai de 1914 a 1945, quando as duas guerras mundiais eclodem sob o impulso do nacionalismo que, associado ao imperialismo, seria superado com o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU).

Foi na França, no século XIX, que se utilizou pela primeira vez o moderno conceito de Patrimônio. Motivado pelas ideias do Iluminismo e com o objetivo de impedir o vandalismo que em alguns períodos acompanhou a Revolução Francesa, o país viu surgir uma visão idealizada dos monumentos históricos, apoiada jurídica e institucionalmente. Somente após a Segunda Guerra mundial é que a política internacional de preservação se propôs a unificar conceitos e critérios comuns na defesa do patrimônio, dada a necessidade de recuperação de edificações comprometidas durante a guerra. Nesse sentido, a Conferência Internacional para Conservação de Monumentos Históricos elaborou um documento conhecido como Carta de Atenas, que constitui um marco na definição de diretrizes para a preservação do patrimônio.

No Brasil, durante os primeiros trinta anos, o conceito de bem cultural teve como base uma noção estética e estilística influenciada pelo movimento modernista da década de 1920. Assim, a política do patrimônio foi marcada por obras essencialmente clássicas, deixando no esquecimento as experiências das populações negras e indígenas. Porém, a situação começa a se modificar com o Decreto-lei n. 25/1937 que limita e incidência normativa do conceito de patrimônio cultural, considerando que:

[...] constitui patrimônio cultural e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Decreto-lei n. 25/1937

A constituição Federal de 1988 trouxe para o nosso ordenamento jurídico a vanguarda dos conceitos internacionais de patrimônio cultural, ampliando o mosaico de bens passíveis de proteção, incluindo a proteção sobre os bens imateriais, de natureza intangível.

Françoise Choay utilizou o conceito preservacionista, no clássico “*A alegoria do Patrimônio*” (2001), para explicar as medidas de preservação patrimonial ocorridas na França após a Revolução francesa.

De acordo com a teoria da autora o consenso da proteção e preservação do patrimônio só acontece quando a estes são atribuídos valores. O primeiro e fundamental é o valor nacional, quando existe a identidade da comunidade e do Estado com o patrimônio. Depois vem o valor cognitivo, que funciona como uma pedagogia cívica, ou seja, o patrimônio terá papel efetivo de memória viva, uma vez que mobilizará o sentimento de orgulho nacional. Em terceiro, o valor econômico, nesse caso o patrimônio se configura como um atrativo de potencial turístico. Por fim o valor artístico, quando o patrimônio é valorizado esteticamente, esse valor segundo a autora encontra-se em último lugar por que o conceito de arte ainda é impreciso e a noção de beleza não é bem definida.

Sônia Florêncio (FLORENCIO et al., 2014) aponta que a trajetória da educação patrimonial no Brasil está diretamente relacionada a relação do Iphan com sua política educativa. Em 1936, Mário de Andrade escreveu o anteprojeto para a criação do SPHAN (atual IPHAN) demonstrando interesse na promoção de ações educativas em museus; em 1981, a partir das ideias de Aloísio Magalhães, cria-se o Projeto Interação, que propõe maior relação no trabalho educacional com a dinâmica do cotidiano cultural; em 1999 publica-se o guia, que pretende instaurar uma metodologia de trabalho baseada na “alfabetização cultural”; em 2004, cria-se a Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (Geduc). E dentre estes marcos importantes que revelam a trajetória da educação patrimonial no Iphan, tem-se a criação da Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc), em 2000, e das Casas de Patrimônio, em 2007.

Abordando a expansão do conceito Bezerra e Silveira (2007) apontam para a necessidade de se discutir o tema, estabelecendo análise crítica sobre os princípios educativos dessas atividades.

1.2 PATRIMÔNIAL DIALÓGICA E A CRÍTICA AO CONCEITO DE “CONSCIENTIZAÇÃO”

Discutimos também o conceito de “conscientização” onde alguns projetos educativos são concebidos com a ideia “redentora” de socializar o conhecimento sobre o patrimônio para as comunidades detém o bem acautelado. Segundo Silveira

e Bezerra (2007), esta é uma relação paternalista que não leva em conta os interesses dos envolvidos, os quais escapam à visão técnica. Não percebe, portanto, o outro como sujeito das relações. Faz-se necessário reconhecer o uso do passado como um caminho para o fortalecimento daquela comunidade.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu “patrimônio” são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. Em alguns casos a preservação sustentável se dá nas práticas do cotidiano, no caso das Camboas de Panaquatira, a partir da tradição oral de técnicas de preservação. A educação patrimonial não pode ter como objetivo apenas a construção de um sentimento de conscientização, mas precisa colaborar e fornecer dados para fortalecimento das práticas locais sustentáveis de preservação do Patrimônio.

Trata-se, dessa forma, da proposta de uma educação patrimonial dialógica, em cujo objetivo deve-se buscar a construção de uma nova relação entre a comunidade e seu patrimônio. O indivíduo deve ser visto como sujeito no processo, sendo as comunidades as verdadeiras detentoras do patrimônio cultural, como vislumbra Sônia Florêncio (2014). A educação patrimonial passa, portanto, a ser uma ferramenta fundamental na valorização da identidade da comunidade. Segundo Scifoni (2012), na educação patrimonial dialógica constrói-se uma relação com as comunidades, possibilitando a apropriação social de conhecimento do qual o patrimônio é suporte. Permitindo assim o reconhecimento e a valorização de outras categorias de patrimônio.

Como exposto na justificativa, partindo da perspectiva de uma Educação libertadora e emancipatória na teoria de Freire (2001), a “conscientização” implica na superação pelo homem de sua condição de objeto, possibilitando uma atitude crítica diante do mundo, na qual o homem constrói a si mesmo como pessoa, transforma a realidade na medida em que se produz como sujeito da história. Neste sentido, esse processo educacional emancipador e libertador pode ser amplamente aplicado na Educação Patrimonial, onde através das práticas educativas da cultura e patrimônio é possível contribuir para a tomada de consciência dos homens como sujeitos da sua própria história (FREIRE, 2001).

Simone Scifone a partir da concepção *freireana*, apresenta que é possível uma nova abordagem para a “tomada de consciência em relação à cultura”, onde esta não pode ser assimilada como se estivesse fora da realidade objetiva considerada ou como se tratasse de levar cultura aos lugares destituídos desta. É preciso compreender a cultura como mediação, ou seja, como meio que contribuirá para a consciência dos homens sobre o seu papel de sujeito, consciência de si mesmo e de sua ação. Segundo pressuposto fundamental para a Educação Patrimonial de perspectiva libertadora é a busca da construção de uma nova relação entre a população com o seu patrimônio cultural. Mas para que isso ocorra é preciso garantir, antes, uma participação social efetiva na construção das políticas de proteção da memória e do patrimônio, para que a população possa se reconhecer e se enxergar no patrimônio e na memória oficial. É fundamental, para tanto, considerar no processo de valoração do patrimônio cultural, além dos valores estéticos e formais, os laços afetivos, sociais, simbólicos (SCIFONE, 2012).

A Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo (Horta, 1999) e serve como instrumento de alfabetização cultural que leva o indivíduo a refletir sobre os processos culturais que estão envolvidos nas diversas ações do seu cotidiano, fomentando assim, a preservação sustentável do patrimônio que o cerca.

1.3 PAISAGEM COMO PATRIMÔNIO

Recentemente a Paisagem Cultural foi incorporada no âmbito do patrimônio. Surge na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1992, e da Recomendação nº R(95)9 do Conselho da Europa (COE), em 1995. No Brasil foi institucionalizada apenas em 2009 com a publicação da Portaria nº127 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), estabelecendo uma possibilidade de aperfeiçoar os limites das dicotomias entre patrimônio cultural e natural e entre patrimônio material e imaterial praticadas pelas instituições de preservação do patrimônio, tanto no contexto internacional, quanto no nacional.

O entendimento da paisagem envolve duas dimensões de análise: a morfológica e do seu conteúdo simbólico. Quanto à primeira, ela precisa ser compreendida em duas diferentes temporalidades que envolvem o tempo da natureza e o tempo da história humana. Conforme Ab'Saber (2003), a paisagem é uma herança de processos fisiográficos e biológicos de longa duração – definindo o relevo, o clima, o curso dos rios e a cobertura vegetal, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. Quanto ao tempo da história humana, Santos (2012, 2014) o define como rugosidades, marcas que as ações humanas e as sociedades vão imprimindo no espaço geográfico, registrando suas atividades, seus costumes, suas tecnologias e suas culturas.

O autor destaca ainda que a paisagem representa diferentes momentos da produção do espaço, sendo o resultado de uma acumulação de tempos que se alteram continuamente para poder acompanhar a transformação da sociedade. Portanto, a paisagem traz as marcas das diferentes temporalidades dessa relação sociedade-natureza, sendo o resultado de uma construção que é social e histórica e que se dá sobre um suporte material que possui sua própria temporalidade, a natureza.

Conforme Scifoni e Nascimento (2017), a natureza é a matéria-prima com a qual as sociedades produzem a sua realidade imediata, por meio de acréscimos e transformações a essa base material, contudo, a paisagem como produto do trabalho humano não implica na eliminação dos traços da natureza, os quais se encontram sempre ali presentes, embora algumas vezes imperceptíveis.

Quanto ao conteúdo simbólico, segundo Ribeiro (2007) a paisagem incorpora valores humanos e pode ser interpretada com base na relação íntima e afetiva que os grupos sociais estabeleceram com os lugares onde a vida humana se reproduz. Nesta perspectiva, o que confere identidade à paisagem pode não corresponder apenas à sua morfologia, mas ao significado social de fazer parte dela.

No âmbito do Iphan, a paisagem cultural brasileira foi conceituada por meio da Portaria Iphan nº127/2009 como uma porção do território com características peculiares, produto de relações que os grupos sociais estabeleceram com a

natureza, relações estas que podem aparecer fisicamente na forma de marcas, ou por meio de valores que lhes são atribuídos socialmente (IPHAN, 2009).

Em vigor há oito anos, a Portaria, no entanto, não chancelou nenhuma paisagem cultural brasileira com patrimônio, definido a questão central desta pesquisa: em que medida a preservação das paisagens culturais foi incorporada às práticas de identificação, reconhecimento e proteção do patrimônio cultural no Brasil? Para responder a esse questionamento, parte-se de uma contextualização da criação da categoria de paisagem cultural, procurando situá-la e evidenciá-la enquanto uma *política de patrimônio*, mas não somente isso, já que ela se constitui também como *política social* e *política espacial*.

Atualmente as paisagens naturais têm sido pesquisadas e valorizadas. A paisagem é vista também como documentação que registra a trajetória do homem no tempo e espaço. As Camboas de Panaquatira são exemplos diretos da necessidade de preservação da paisagem como patrimônio.

2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

A tradição histórica de estudar apenas os acontecimentos ligados a colonização europeia, e o olhar sobre as sociedades indígenas nativas e africanas baseado na comparação primitivo/evoluído, que baseou a visão oficial ainda atual do Maranhão, foi produzida principalmente a partir dos relatos dos primeiros viajantes cronistas e historiadores dos séculos XVII ao XIX. Maria de Lourdes Lacroix atenta para os valiosos subsídios que os cronistas, agentes militares ou religiosos a serviço das colônias, deixaram para a recuperação da História do Maranhão. (LACROIX, 2002, p.56)

As camboas ou gamboas são estruturas de pedra existentes em várias partes do mundo. No Maranhão, elas são referenciadas desde os cronistas franceses do século XVII, e consistem em estruturas de pedra localizadas em diversos pontos do litoral, cuja função seria a de capturar, aprisionar e até mesmo criar peixes e outros animais aquáticos utilizando o ciclo das marés e a dinâmica hídrica costeira.

Em São Luís, as armadilhas de pesca são apontadas pelos cronistas franceses no século XVII, no processo de expedição de reconhecimento das aldeias, assim como a aldeia de Itapary, cujo nome foi dado devido à presença de currais de camboas de pesca na praia de Panaquatira, Ponta Verde e nas regiões da baía de São José – Curupu. Nesse sentido, os sítios Tupis mais comuns nas áreas de apicuns, planícies de maré e praias arenosas são os popularmente chamados de camboas ou gamboas, tratando-se de armadilhas de pescas (fish traps) ou currais de pesca estruturados em pedra, barro ou madeira (BANDEIRA, 2014).

Chama-se a segunda aldeia de Itapari, isto é, “tapada, curral, ou camboa de peixe”, porque aí existem dois ou três currais destes. Tem também dois principais, um chamado Metarupua, isto é, “pedra branca”, que costumam a trazer embutida no beijo. É um bom índio, muito amigo dos franceses, que de ordinário o chamam pelo nome de caranguejo. Chama-se o segundo Auati, ou “milho negro” (D’ABBEVILLE, 2002, p. 185).

Segundo o Padre Claude d'Abbeville (2002), o nome Itapary foi estabelecido devido à existência de estruturas de pesca dos índios que habitavam aldeias nessa região no contexto da presença francesa na ilha de Upaon Açú (Ilha Grande em tupi).

Documentos primários apontam que a aldeia de Itapari foi à sétima aldeia visitada pelos franceses após terem visitado às aldeias de Junipará e Carnaupió. Partindo de Itapari, os franceses alcançaram no mesmo dia à oitava aldeia de sua viagem de reconhecimento, denominada Timbaú, situada à beira-mar. (D'ABBEVILLE, 2002).



Foto 04: Vista aérea feita por Drone. Foto: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 05: Camboa de panaquatira em maré vazante: Foto: Marcos Tadeu, 2018.

As imagens 02 e 03 acima revelam alguns aspectos interessantes sobre a disposição geográfica das Camboas e algumas condicionantes paisagísticas. O aparecimento da estrutura denominada Camboa 01 se dá no período de baixa-mar onde a estrutura se revela com a maré seca. O local onde provavelmente situava-se a aldeia de Itapary está localizado na falésia onde atualmente encontra-se a comunidade do mesmo nome. A imagem também aponta a localização da Camboa em relação a praia de Panaquatira sendo de fácil acesso para moradores e visitantes do local.

Sobre os registros arqueológicos dos Tupi na Ilha de São Luís Gaspar Leite e Leite Filho em 2011 falam da importância do achado, em 2004, de um conjunto de urnas ritualísticas pertencentes à Tradição Tupiguarani durante a construção de uma casa no Alto do Calhau, São Luís. Embora uma peça tenha sido fragmentada pela ação dos operários, efetuou-se um salvamento arqueológico expedito e foram resgatados em sua integridade os outros recipientes cerâmicos, (LEITE FILHO e GASPAR LEITE,2011).

Com relação aos sítios cerâmicos de ocupação mais recente, associados aos Tupinambás, a literatura arqueológica indica a existência de assentamentos ao longo dos estuários e rios que banham a Ilha de São Luís, sendo que cronistas do

século XVII contabilizaram em 1612, vinte e sete aldeias Tupinambás para a Ilha de São Luís, sem contar os aldeamentos de Alcântara e Guimarães situados no continente (D'ABBEVILLE, 2002). Nesses sítios a cerâmica permanece como elemento majoritário no registro arqueológico, a exemplo do Sítio Vila Conceição descoberto em 2004, localizado no bairro Altos do Calhau, em São Luís (BANDEIRA, 2014).

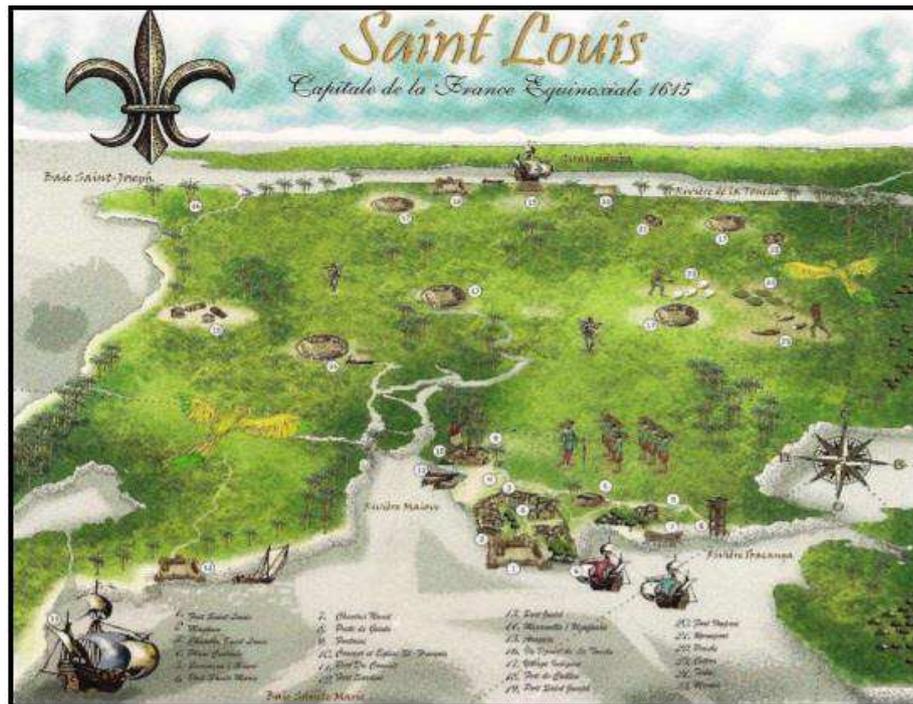


FOTO 06: Mapa do pesquisador Antônio Norberto com o destacamento da possível localização das 27 aldeias tupinambá na ilha de São Luís. Fonte: Antônio Norberto.

Sobre a interpretação dos achados arqueológicos:

A análise preliminar do vasilhame encontrado no Alto do Calhau, segundo o Dr. André Prous, especialista da Universidade Federal de Minas Gerais, remete a grupos “proto-tupi”, anteriores aos Tupi históricos (Tupinambá) que, por volta de 1.000 anos atrás, deslocaram-se em migrações do sul da floresta amazônica ao longo da costa brasileira em canoas pelos grandes rios. Esses grupos de línguas e costumes semelhantes ao tronco de origem cultivavam o milho e a mandioca em solos que, quando exauridos, motivavam sua constante movimentação em busca de terras férteis. Viviam em aldeias à margem dos rios e costumavam sepultar os mortos, alguns cremados, em urnas de formatos e tamanhos diversos, muitas decoradas com motivos geométricos em linhas pretas, formando abstrações de feições variadas desenhadas em fundo branco e cobrindo toda a superfície do recipiente, anteriormente exposto a um banho de tinta vermelha. Usualmente, os enterramentos eram

efetuados com o acompanhamento de objetos utilitários e de uso pessoal com funções diversas. (LEITE FILHO e GASPAR LEITE, 2005, p. 24-25)



Foto 07: Cerâmica Tupi no Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão. Fonte: Marcos Tadeu, 2012



Foto 08: Cerâmica Tupi no Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão. Fonte: Ricardo Luís, 2011.



Foto 09: Conjunto de Cerâmica Tupi no Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão. Foto: Deuedit Carneiro, 2005

As imagens acima apresentam o material que está exposto no Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, proveniente da

comunidade conhecida como Vila Conceição no Bairro do Calhau. Como exposto há alguns expoentes de discussões sobre a tipologia dos materiais, porém não foi identificada qualquer discussão histórica sobre a paisagem e informações contextuais sobre a área do sítio Vila Conceição.

Sobre a fixação portuguesa nessa região, referências históricas dos séculos XVII e XVIII apontaram que na ilha de São Luís “existem a capital da província, a vila do Paço, as freguesias do Bacanga e de Vinhais, de São José do Lugar dos Índios, e os povoados Maioba, Maiobinha e Rio de São João e Mirititua” (MARQUES, 2008, p.623).

Marques aponta para a ocupação dos índios Gamelas na região de São José de Ribamar no século XVIII. Apresentando a informação de que a cidade de São José de Ribamar surgiu de uma capela distante da capital sete léguas, edificada na extremidade da Ilha do Maranhão, em frente a baía de São José. Foi no princípio aldeia dos índios gamelas, provida de pároco ou missionário. De 2 de Julho de 1757 até o dia 5 de agosto do mesmo ano, o Governador Gonçalo Pereira Lobato de Sousa visitou o local e, em companhia de várias pessoas e em presença do padre jesuíta José Teles Visigal, que ali residia, declarou que conforme o alvará com força de lei, com data de 8 de julho de 1755, removia os regulares da administração temporal da localidade, restituindo aos índios a liberdade de suas pessoas, e elevando a aldeia à categoria de lugar, com a mesma denominação (MARQUES,2018).

No estado do Maranhão, os estudos arqueológicos iniciaram-se a partir do século XX entre os intelectuais que se questionavam sobre a origem dos inúmeros vestígios humanos encontrados no litoral e em algumas áreas do interior. O geógrafo Raimundo Lopes foi o precursor na identificação dos vestígios pré-históricos locais, localizando diversos sítios na região costeira de São Luís e na Baixada Maranhense (MACHADO *et al.*, 1991).

Ao longo do século XX, conforme as pesquisas arqueológicas se consolidavam e desenvolviam em diversas áreas do país, o Museu Paraense Emílio Goeldi destacou-se como centro regional de estudos sobre as culturas amazônicas históricas e pré-históricas. Neste contexto, os poucos estudos sobre o passado arqueológico do Maranhão foram desenvolvidos em grande parte por pesquisadores

associados a esta instituição, a exemplo de Mário Simões, Conceição Corrêa, Ana Lúcia Machado e Renato Sampaio Corrêa (MACHADO *et al.*, 1991).

Simões com o *Projeto São Luís* objetivou compreender os sambaquis da ilha de São Luís, observando se essas ocupações humanas apresentavam as mesmas características socioculturais em relação aos sambaquis paraenses, uma vez que a área geográfica em que os sambaquis estavam inseridos era bastante semelhante (BANDEIRA, 2013). Como disposto em sua documentação, o objetivo principal era entender a ocorrência cerâmica nos sambaquis do litoral norte da América do Sul e testar hipóteses de uma dispersão e ocupação pré-histórica do litoral norte e leste da América do Sul por grupos ceramistas adaptados aos recursos marítimos (Relatório sucinto das atividades científicas de Mário F. Simões realizadas no 1º Semestre de 1975).

No sambaqui da Maiobinha, foram realizadas por Simões escavações estratigráficas que permitiram assimilar a disposição de materiais arqueológicos até 1,95m de profundidade, assentado sobre sedimentos amarelos. Nesse sítio foram exumados dois sepultamentos. O carvão extraído junto aos esqueletos revelou duas datações por C14 (carbono 14 – técnica de datação), com uma idade aproximada entre 2.526 a 2.686 anos A.P (Antes do Presente – Datação Arqueológica). Além disso, foram analisados e classificados tipologicamente 14.300 fragmentos de cerâmica, acrescidos de outras evidências, provenientes desse sítio (LIMA e AROSO, 1989).

Apesar da relevância dessas pesquisas, a inexistência de um contexto local para compreensão das ocupações sambaqueiras da ilha de São Luís limitou as explicações de Simões sem maiores detalhes sobre o processo de formação desses sítios e análises intra e intersítios. Nesse contexto as pesquisas de Simões chegaram à conclusão de que os sambaquis de São Luís foram habitados por grupos adaptados ao ambiente marinho litorâneo e portadores de nível cultural de padrão formativo, mediante traços comuns encontrados na cerâmica.

Com exceção das poucas referências feitas por Simões (1971), Correia Lima e Aroso (1989) a respeito da existência de sambaquis em São José de Ribamar, as primeiras intervenções arqueológicas no Sambaqui de Panaquatira só ocorreram em 2009 pelo historiador e arqueólogo Arkley Marques Bandeira. A escassez de dados

arqueológicos foi compensada pela existência de relatos etno-históricos que registraram a ocupação indígena na região do Itapary, inclusive, com apontamentos para a existência de grande quantidade de conchas acumuladas nessa região (BANDEIRA,2014).

O sambaqui de Panaquatira está inserido em uma elevação limitada abruptamente pela falésia da praia de Ponta Verde, localidade de Itapary, município de São José de Ribamar. Foi registrado no CNSA por Arkley Bandeira em 2009, mesmo ano em que foi escavado durante o projeto *“Os sambaquis do Bacanga e Panaquatira na Ilha de São Luís e Mocambo, município de Cururupu, Maranhão: um estudo acerca da paisagem arqueológica, cultura material, padrão de assentamento e subsistência. O sambaqui também está registrado no CNSA pelo código MA00113”*.

Sua importância se justifica pelo grau de integridade, isso se comparado aos outros sambaquis do município. Esse grau de integridade possibilitou um trabalho mais completo, com abertura de escavação de uma área ampla. Foram evidenciadas estruturas de combustão (fogueiras), de lascamento e funerária. A cerâmica encontrada foi associada à tradição ceramista Mina- Policroma.

A cronologia apresentada na tese de Arkley Bandeira intitulada *“Ocupações humanas pré-coloniais na ilha de São Luís – MA”* demonstrou que o segundo sítio mais antigo da Ilha de São Luís foi o Sambaqui da Panaquatira, com o início da ocupação humana dando-se em 5.730 ano A.P (Antes do Presente) e com vestígios datados até 127 anos A.P (Ante do Presente), sendo esta última data descartada para fins da caracterização pré-colonial, ou seja, pode está associados aos povos Gamelas que ocuparam essa região no período colonial.

Os exemplos mais marcantes da continua reocupação humana de áreas dotadas de condições ambientais ideais para fixação, habitação e permanência dos grupos humanos por longos períodos de tempo são as grandes concentrações de vestígios faunísticos captados em ambiente aquático e as grandes camboas de pedra utilizadas para pesca. Fato é que em torno de 5.500 anos A.P (Antes do Presente) a Ilha de São Luís estava colonizada por grupos adaptados ao ambiente descrito, com um máximo expansionista em torno de 2.500 anos A.P (Antes do Presente), quando praticamente toda a região estava plenamente ocupada. A

existência das grandes estruturas de pedra na Ilha de São Luís, oriundas do período pré-colonial indicou uma organização comunitária e um senso de coletividades dos grupos indígenas pré-coloniais existentes na região. (BANDEIRA, 2014).

O Povos que habitaram os sambaquis maranhenses, assim como o Sambaqui de Panaquatira, poderiam ser caracterizados como pescadores-coletores-caçadores, cuja subsistência estaria centrada na coleta de recursos marítimos propiciados pela abundância de peixes e mariscos em áreas estuarinas ou recurso adquirido em armadilhas de pesca (camboas). O padrão de assentamento a caracterização do estilo cerâmico e a cronologia obtida nos fazem supor que os grupos dos sambaquis habitavam as zonas costeiras em um período anterior e bem mais longo que as populações horticulturas ceramistas (tupinambá), sendo o contato entre dois grupos étnicos distintos a possível causa do desaparecimento ou assimilação dos primeiros. Com relação ao uso e sua correlação com os horizontes culturais apenas os relatos dos cronistas fizeram menção a existência das camboas e seus uso pelos habitantes locais, ou seja, os Tupinambás. No entanto, não foram relatados aspectos relacionados com a autoria das estruturas ou o período de sua construção (BANDEIRA, 2014).

Até os dias atuais as Camboas são utilizadas por pescadores e coletores da região, garantindo a perpetuação de uma estratégia de pesca e coleta ancestral ainda existente na ilha de São Luís (BANDEIRA, 2014).

Os registros de Claude D'Abbeville (2012) e os demais trabalhos citados nos permitem ter uma noção exata de como descendentes indígenas preservaram e preservam esse patrimônio material, que também é natural e imaterial, prática tradicional de pesca na costa maranhense. Nesse sentido, essas práticas tradicionais podem está associadas a diferentes contextos históricos de ocupação da ilha de São Luís.

3 METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

3.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA METODOLÓGICA

Entendemos a Educação Patrimonial como um “processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA, 1999) e serve como instrumento de alfabetização cultural que leva o indivíduo a refletir sobre os processos culturais que estão envolvidos nas diversas ações do seu cotidiano, fomentando assim, a preservação sustentável do patrimônio que o cerca.

A educação patrimonial pode ser um excelente instrumento de “Alfabetização cultural”, que além de permitir ao indivíduo compreensão do seu universo sociocultural, também leva ao desenvolvimento de sua autoestima e à valorização de seu universo cultural.

Para Grunberg (2000) A metodologia da Educação Patrimonial tem um amplo campo de atuação e propõe não somente uma nova maneira de utilização dos bens culturais do passado e do presente, como também uma nova postura por parte do educador, no sentido de incorporar os bens culturais ao processo de aprendizado e como auxiliares no desempenho das funções de transmitir o conhecimento.

Quanto à aplicabilidade da Educação Patrimonial, ela pode ser estabelecida por meio da interação entre as comunidades e os gestores responsáveis pela preservação e manipulação de determinados bens culturais. Pode ser adotada para qualquer evidência material e manifestação cultural, tendo como resultado a interação entre o indivíduo e o meio, de forma que fique estabelecida uma parceria para proteção e valorização do patrimônio e da memória. Em termos práticos, como objeto ou fenômeno cultural pode ser analisado a partir de várias perspectivas. Faz-se necessário definir e delimitar quais os objetivos e resultados pretendidos com a atividade educacional de acordo com o objeto, tema ou fenômeno a ser abordado, seguindo as etapas metodológicas de observação, registro, exploração e apropriação (HORTA et al, 1999).

De acordo com Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p.06):

A Educação Patrimonial é um instrumento de 'alfabetização cultural' que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. Horta, Grunberg e Monteiro (1999)

A partir desse entendimento, o trabalho de valorização do patrimônio serve como uma ferramenta muito importante no tocante à sensibilização das crianças, jovens e adultos, para a questão dos bens culturais regionais, tornando-os assim parte integrante no processo de preservação do patrimônio vivenciando na prática as experiências concretas de ensino/aprendizagem.

Para Morais (2000, p.22):

A apropriação do patrimônio arqueológico, especialmente aquele mais distante no tempo e nos sentimentos (entenda-se a herança indígena), passa pelo resgate da história do outro, pelo reconhecimento de espaços desconhecidos de vivência e pela valorização da etnicidade e dos grupos indígenas, ancestrais de um terço da população brasileira, mas, às vezes, pouco valorizados em sua cultura. Morais (2000)

Para Silveira & Bezerra (2007), o tema Educação Patrimonial é bastante complexo, uma vez que aborda a conjunção entre ações de caráter técnico com reflexões e discussões que se ampliam ao olhar do pesquisador, englobando também a visão das comunidades sobre o que se pode considerar herança cultural e principalmente o que deve ser preservado e transmitido para as próximas gerações, ou seja, trata-se do estabelecimento de troca e diálogo entre os agentes envolvidos.

3.2 OBSERVAÇÕES DE CAMPO PARA APLICAÇÃO DA PROPOSTA

As atividades de educação patrimonial foram divididas em três (3) etapas, sendo elas: Levantamento de campo e vivência com pescadores da comunidade, exposição audiovisual com moradores da comunidade e extroversão do conhecimento adquirido com alunos da 1^o (primeira) série do Ensino Médio da escola municipal Santo Antônio – São José de Ribamar – Maranhão.

Para cada contexto da ação foram utilizados recursos específicos. O estabelecimento do diálogo com cada agente envolvido no processo se deu a partir da prática de observação do sítio (camboas e paisagens da praia de Panaquatira) e diálogo informal com os pescadores que se encontravam na praia de Panaquatira.

A observação foi o recurso utilizado no primeiro contato, sendo fundamental para a abertura do diálogo, pois gerou certa curiosidade nos indivíduos assim permitindo o contato inicial. Esta etapa possibilitou a participação em algumas atividades de pesca e coleta e conseqüentemente a identificação de aspectos estruturais das camboas e seu modo de funcionamento, práticas de pesca e manufatura de instrumentos. Aspectos esses que não se encontram na literatura histórica e enriqueceram as informações sobre a tradição de pesca local.

A dinâmica da maré influenciou todo o processo. O contato com os pescadores nas Camboas só foi possível no período de baixa-mar, que é justamente o momento onde as estruturas de pedra das armadilhas de pesca se revelam na planície arenosa da praia e os pescadores iniciam as práticas de pesca. Para o acompanhamento da tábua de maré foram utilizados aplicativos online, porém ao longo do processo esses aplicativos foram substituídos pela indicação dos pescadores locais que conseguem prever de forma até mais eficiente a inconstante maré da baía de São José.

A etapa de observação também contribuiu com a produção do material didático utilizado nas apresentações na fase expositiva. Nesta etapa, foi possível adquirir imagens de diferentes panoramas sobre as Camboas e a tradição de pesca local. A partir dos relatos orais foi possível identificar outras práticas culturais, assim como a confecção de instrumentos de pesca e a relação do pescador com a paisagem, ciclo da maré e a transmissão do conhecimento empírico.

Para melhor compreensão da paisagem além dos caminhamentos¹ feitos na praia de Panaquatira e Ponta Verde (Itapary) foram tiradas fotografias aéreas com o auxílio de Drone e câmera gopro hero de lente globo angular. Essas fotografias e o vídeo do voo sobre as Camboas também foram utilizados como recursos didáticos midiáticos, trazendo novos olhares para o ambiente estudado, lembrando que todo processo foi uma troca dialógica entre os agentes envolvidos.

Foram 10 dias de contato direto com práticas de pesca nas camboas e a partir do contato com a comunidade pesqueira foi possível articular uma exposição audiovisual com os moradores da comunidade, sendo utilizados powerpoints transmitidos por data show na residência do Sr João Nonato, pescador da comunidade.

Para exposição audiovisual foi elaborada uma apresentação disposta da seguinte forma:

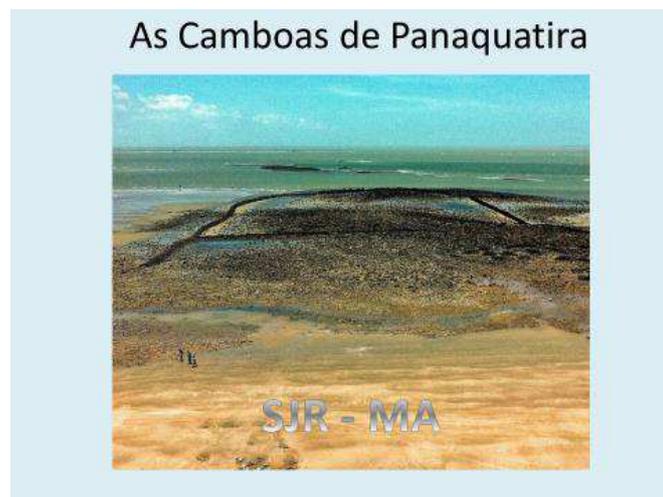


Foto 10: Vista da Camboa de Panaquatira São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2016

¹ Caminhamentos: Metodologia de trabalho de prospecção arqueológica não interventiva, onde são realizados “caminhamentos” sistemáticos ou randômicos objetivando a coleta de informações na paisagem.



Foto 11: Vista Aérea da Camboa de Panaquatira São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

Exposição de filmagem de voo aéreo sobre as Camboas realizado durante a etapa de Observação.

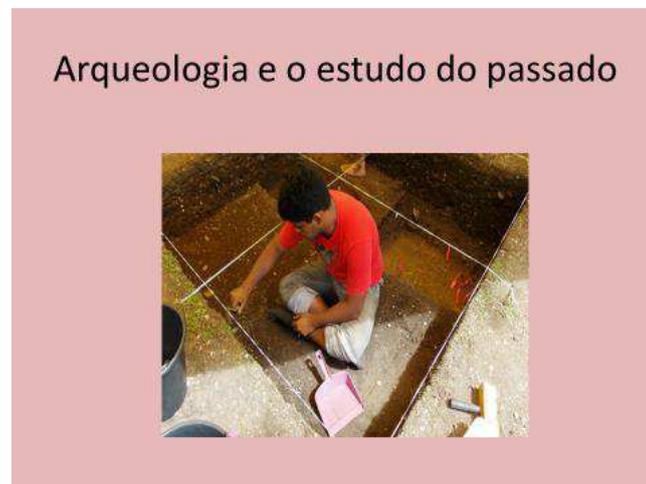


Foto 12: Escavação do Sambaqui do Iguaiça Paço do Lumiar/MA. Fonte: Flávio Calippo, 2016

Uma breve descrição sobre o campo de estudo da Arqueologia que trabalha com a cultura material se diferenciando da História que trabalha com o documento escrito ou fontes orais. Nesse momento é chamada a atenção para o processo multidisciplinar que é o estudo sobre as Camboas de Panaquatira, pois envolve a utilização de fontes escritas/orais e toda cultura material que está disposta na paisagem.

Os Sambaquis do Maranhão

- Os exemplos mais marcantes da contínua reocupação humana de áreas dotadas de condições ambientais ideais para fixação, habitação e permanência dos grupos humanos por longos períodos de tempo são as grandes concentrações de vestígios faunísticos captados em ambiente aquático e as grandes camboas de pedra utilizadas para pesca. Fato é que em torno de 5.500 anos A.P (Antes do Presente) a Ilha de São Luís estava colonizada por grupos adaptados ao ambiente descrito, com um máximo expansionista em torno de 2.500 anos A.P (Antes do Presente), quando praticamente toda a região estava plenamente ocupada. A existência das grandes estruturas de pedra na Ilha de São Luís, oriundas do período pré-colonial indicou uma organização comunitária e um senso de coletividades dos grupos indígenas pré-coloniais existentes na região. (BANDEIRA, 2014).

Foto 13: Breve descrição sobre os sambaquis do Brasil e do Maranhão. Fonte: Bandeira, 2014



Foto 14: Autoretrato no Sambaqui de Panaquatira São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2017



Foto 15: Escavações no Sambaqui de Panaquatira. Fonte: Arkley Bandeira, 2014

Breve descrição das pesquisas realizadas no Sambaqui de Panaquatira, apresentando assim alguns dados cronológicos.

Povos Caçadores-coletores-pescadores

- O Povos que habitaram os sambaquis maranhenses, assim como o Sambaqui de Panaquatira, poderiam ser caracterizados como pescadores-coletores-caçadores, cuja subsistência estaria centrada na coleta de recursos marítimos propiciados pela abundância de peixes e mariscos em áreas estuarinas ou recurso adquirido em armadilhas de pesca (camboas). O padrão de assentamento a caracterização do estilo cerâmico e a cronologia obtida nos fazem supor que os grupos dos sambaquis habitavam as zonas costeiras em um período anterior e bem mais longo que as populações horticulturas ceramistas (tupinambá), sendo o contato entre dois grupos étnicos distintos a possível causa do desaparecimento ou assimilação dos primeiros (Bandeira, 2014).

Foto 16: Histórico dos povos caçadores-coletores-pescadores. Fonte: Bandeira, 2014.

A caça-coleta e pescas ainda são praticadas no processo de utilização das Camboas. Essa parte pretende apontar ganchos de relação entre práticas tradicionais e contemporâneas.

Os Tupinambá da ilha de São Luís

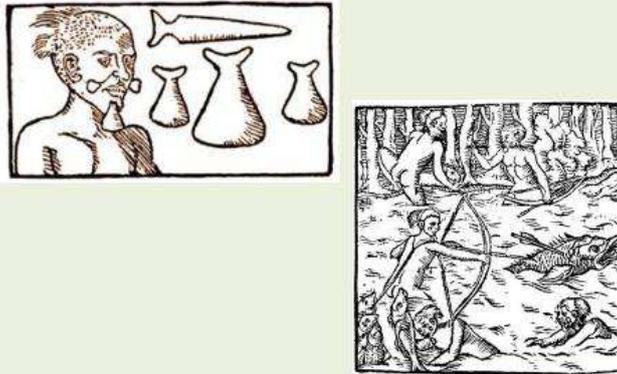


Foto 17: Povo tupinambá. Fonte: Hans Staden, 1999.

Um breve panorama sobre a ocupação tupinambá na ilha de São Luís.

Uma História do Contato entre povos



Foto 18: Povo Tupinambá. Fonte: Hans Staden, 1999.

Contextualização com relatos dos cronistas do século XVII e as informações arqueológicas sobre a presença tupi na ilha de São Luís.

Os registros escritos sobre as Camboas em Panaquatira

- As camboas ou gamboas são estruturas de pedra existentes em várias partes do mundo. No Maranhão, elas são referenciadas desde os cronistas franceses do século XVII, e consistem em estruturas de pedra localizadas em diversos pontos do litoral, cuja função seria a de capturar, aprisionar e até mesmo criar peixes e outros animais aquáticos utilizando o ciclo das marés e a dinâmica hídrica costeira.

Foto 19: Registros escritos sobre as Camboas em Panaquatira. Fonte: D'Abbeville (2002)

O relato dos Franceses na visita a Itapary

- Chama-se a segunda aldeia de Itapari, isto é, “tapada, curral, ou camboa de peixe”, porque aí existem dois ou três currais destes. Tem também dois principais, um chamado Metarupua, isto é, “pedra branca”, que costumam a trazer embutida no beijo. É um bom índio, muito amigo dos franceses, que de ordinário o chamam pelo nome de caranguejo. Chama-se o segundo Auati, ou “milho negro” (D'ABBEVILLE, 2002, p. 185).

Foto 20: Relato dos Franceses na visita a Itapary. Fonte: D'Abbeville (2002)

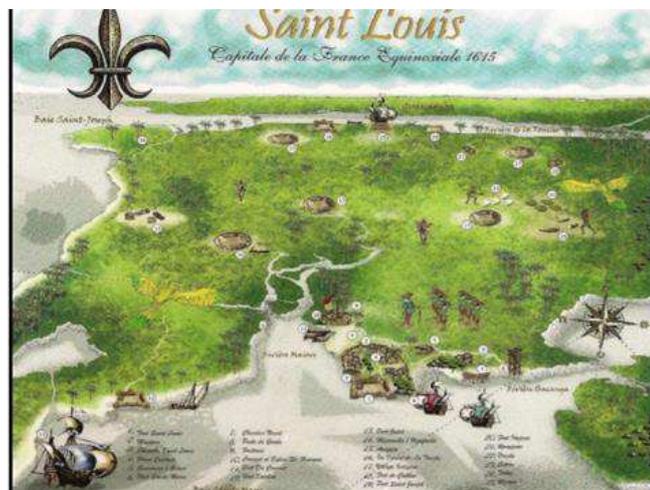


Foto 21: Mapa de Antônio Norberto. Fonte: Antônio Norberto, 2012

Mapa do pesquisador Antônio Norberto com o destacamento da possível

localização das 27 aldeias tupinambá na ilha de São Luís.

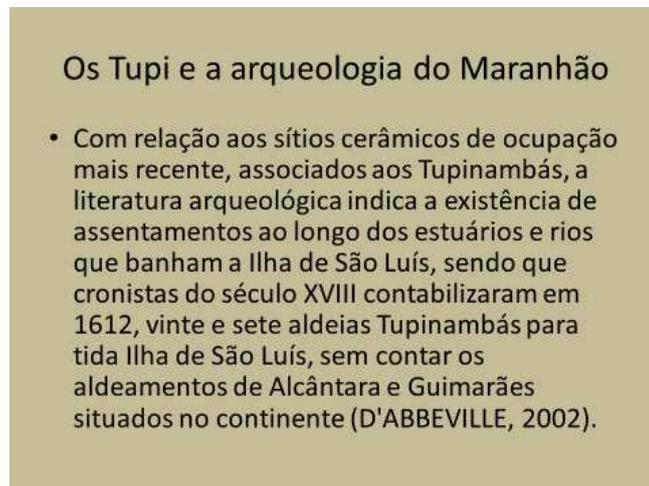


Foto 22: Os tupis e a arqueologia do Maranhão. Fonte: D'Abbeville (2002)



Foto 23: Cerâmicas Tupi exposta no Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão. Fontes: Marcos Tade, 2012. Ricardo Luís, 2011 e Deusdedit Carneiro, 2005.

Desmonstração da cerâmica arqueológica resgatada pelo Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão na Vila Conceição – Calhau – São Luís Maranhão.

Os índios Gamela e a cidade de São José de Ribamar

- A cidade de São José de Ribamar surgiu de uma capela distante da capital sete léguas, edificada na extremidade da Ilha do Maranhão, em frente a baía de São José. Foi no princípio aldeia dos índios gamelas, provida de pároco ou missionário. De 2 de Julho de 1757 até o dia 5 de agosto do mesmo ano, o Governador Gonçalo Pereira Lobato de Sousa visitou o local e, em companhia de várias pessoas e em presença do padre jesuíta José Teles Visigal, que ali residia, declarou que conforme o alvará com força de lei, com data de 8 de julho de 1755, removia os regulares da administração temporal da localidade, restituindo aos índios a liberdade de suas pessoas, e elevando a aldeia à categoria de lugar, com a mesma denominação (MARQUES,2018).

Foto 24: Os índios Gamela e a cidade de São José de Ribamar. Fonte: Marques, 2008.

Discussão sobre o processo histórico da cidade de São José de Ribamar e a presença dos Gamelas na região no século XVIII. Abertura do diálogo sobre o genocídio indígena e a formação das cidades do Maranhão.

A pesca nas Camboas e a comunidade de Itapary



Foto 25: Família em coleta de sirí na Camboa – Praia de Panaquatira. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

Discussão sobre as práticas de pescas atuais nas Camboas de Panaquatira.



Foto 26: Coleta de sirí em Camboa da praia de Panaquatira São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

Técnica de coleta identificada em campo que consiste na captura de crustáceos nas pedras das Camboas que são desprendidas pela maré.



Foto 27: Vista de cima da comunidade de Itapari – Praia de Ponta Verde São José de Ribamar/MA - Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

O homem e a interação com a natureza faz com que seja estabelecido um conhecimento empírico sobre os agentes naturais. A variação da maré e dos ventos é relevante no processo de utilização dos recursos de pesca, sendo que a comunidade pesqueira local possuem técnicas próprias de previsões da dinâmica costeira. A interação com o meio ambiente e a preservação da tradição.



Foto 28: Camboa de Panaquatira em Maré Baixa Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

Período de maré baixa que se modifica a partir do calendário lunar. Apenas nas maré baixa as Camboas se revelam na superfície arenosa.



Foto 29: Pescador e Instrumentos de pesca – currais de Panaquatira São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

Confecção de instrumentos e armadilhas de pesca feitas de forma artesanal. Com destaque para a rede de pesca, os currais feitos de madeira e de rede e o cofo de palha que serve como suporte para carregamento do pescado.



Foto 30: Pesca com rede na Camboa de Panaquatira São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 31: Currais de pesca na praia de Panaquatira São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 32: Currais de pesca na praia de Panaquatira São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 33: Currais de pesca na praia de Panaquatira São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

As práticas de pesca muitas vezes são executadas de forma coletiva ou familiares, sendo que há uma justa divisão do lucro que corresponde a um processo colaborativo de divisão do trabalho.



Foto 34: Confecção de Rede com reciclagem de Fios de Telefone, Comunidade de Panaquatira São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

Prática de reciclagem de fios de telefone para confecção de redes de pesca. Esse processo demonstra que as práticas de pesca tradicionais da costa maranhense consistem também em iniciativas de preservação do meio ambiente para a subsistência.

Seu João Damasceno e o traçado da rede por fios de nylon ou algodão



Foto 35: Sr. João Damasceno artesão da comunidade de Panaquatira SJR/MA, confecção de rede de pesca. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

Seu João Damasceno em processo de confecção de redes de pesca. Tal técnica foi repassada através da tradição oral em uma família de pescadores de Panaquatira.

As Camboas de Panaquatira SJR-MA como patrimônio cultural do Brasil

- Patrimônio Material
- Ficha de cadastro do Centro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA/SGPA

Ministério da Cultura <small>Departamento de Patrimônio Cultural - DPAC</small>	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA / SGPA*	IPHAN <small>Centro Nacional de Arqueologia - CNA</small>
CNSA 0000171		
Nome do sítio: CAMBOAS DA PANAUQUATIRA		
Outras designações e siglas:		
Município: São José do Ribamar		
Descrição sumária do sítio:		
Sítios relacionados:		
CNSA: 0000171 UF: MA		

Foto 36: Quadro de Registro de Sítio Arqueológico pelo CNSA. Fonte: Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?23594> acessado em: 02 de março de 2018.

As Camboas de Panaquatira SJR/MA como Sítios Arqueológicos tombados pela união e inscritos nos registros do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos.

Patrimônio Imaterial – Tradição

- [...] constitui patrimônio cultural e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Decreto-lei n. 25/1937

Foto 37: Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937. Fonte: Decreto-Lei n. 25/1937.

As técnicas de tradições de pesca na baía de São José de Ribamar como Patrimônio Imaterial. Tradição que é repassada através da história oral e outras práticas locais de preservação.

Patrimônio paisagístico natural

- Recentemente a Paisagem Cultural foi incorporada no âmbito do patrimônio. Surge na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1992, e da Recomendação nº R(95)9 do Conselho da Europa (COE), em 1995. No Brasil foi institucionalizada apenas em 2009 com a publicação da Portaria nº127 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), estabelecendo uma possibilidade de aperfeiçoar os limites das dicotomias entre patrimônio cultural e natural e entre patrimônio material e imaterial praticadas pelas instituições de preservação do patrimônio, tanto no contexto internacional, quanto no nacional.

Foto 38: Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009. Fonte: IPHAN

As Camboas de Panaquatira e sua implantação da paisagem como Patrimônio Paisagístico Cultural a partir do dispositivo legal da Portaria IPHAN/MINC número 127 de 30 de Abril de 2009.

A carta magna – Constituição de 1988

- A constituição Federal de 1988 trouxe para o nosso ordenamento jurídico a vanguarda dos conceitos internacionais de patrimônio cultural, ampliando o mosaico de bens passíveis de proteção, incluindo a proteção sobre os bens imateriais, de natureza intangível.

Foto 38: Carta Magna Fonte: BRASIL. Constituição Federal de 1988.

Técnicas locais de preservação

- Os pecadores e a preservação de técnicas tradicionais de construção das Camboas de Pedra;
- A confecção de instrumentos de pesca artesanais;
- A história transmitida através da tradição oral;
- A preservação do meio ambiente através de práticas de pesca sustentáveis.

Foto 39: Tecnicas locais de preservação. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

Nesse ultimo tópico é aberta a discussão sobre técnicas locais de preservação do Patrimônio. São apontados algumas práticas identificadas e logo após é sugerido a identificação de novas práticas e ações para a preservação das Camboas de Panaquatira e as tradições de pescas na baía de São José de Ribamar-MA.

A exposição “As Camboas de Panaquatira” foi utilizada na ação com os moradores da comunidade e na escola Santo Antônio com os alunos do 9º ano do ensino fundamental. Na apresentação da escola também foram expostas réplicas de materiais arqueológicos, pedra das camboas e tipo de mariscos que compõem os sambaquis e para dinâmica e oficina foram utilizados papeis e pinceis coloridos.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DA PROPOSTA

Este capítulo contempla a aplicação da proposta, relatando suas etapas de desenvolvimento, mostrando o que foi feito para fins de resultados e conclusões.

4.1 ATIVIDADES DE CAMPO E OBSERVAÇÃO NA PRAIA DE PANAQUATIRA

As práticas foram executadas em 15 dias de campo no ambiente da praia de Panaquatira, exatamente onde encontram-se pelo menos 4 Camboas que ainda estão sendo utilizadas e constantemente reconstruídas pelos moradores.

Esta etapa também permitiu o contato direto com a paisagem da pesquisa, onde foi possível o apontamento de alguns pontos de formação construtiva e paisagística das Camboas. Essas informações serviram para o enriquecimento do material expositivo utilizado nas etapas seguintes.

As falésias são os espaços de obtenção da matéria prima para a Camboa que geralmente se localiza próxima e adjacente. São nelas onde afloram os minerais de rocha que são expostos a partir da dinâmica do intemperismo do litoral. Como ao longo do tempo essas falésias vêm sendo lixiviadas (deterioradas) pela maré é possível que houvesse outras camboas mais antigas (hoje enterradas) pela planície arenosa da praia. As imagens a seguir demonstram a disposição das camboas em relação às falésias.



Foto 40: Falésia e o afloramento de concreções ferruginosas (rocha laterítica) Praia de Panaquatira SJR/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 41: Falésia com escala humana Praia de Panaquatira SJR/MA. Fonte: Mario Weidman, 2018.



Foto 42: Contato com pescadores-coletores na fase de observação da Camboa de Panaquatira SJR/MA. Fonte: Mario Weidman, 2018.



Foto 43: Pedras espalhadas pela força da maré. Fonte: Mario Weidman, 2018.



Foto 44: Monte de pedra da Camboa de Panaquatira SJR/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

As imagens acima revelam alguns aspectos estruturais de formação das Camboas e a paisagem na qual este patrimônio está inserido. A matéria prima (rocha) é um recurso natural que se forma na praia com o processo de sedimentação das falésias. As rochas empilhadas formam paredões que são constantemente reorganizados pelos pescadores locais. Nota-se nas imagens que a prática de observação e caminhamento nas camboas permitiu o contato com grupo de pescadores (família) que já encontravam-se no local, iniciando assim a ação de observação da prática de pesca e coleta.



Foto 45: Monte de pedra da Camboa de Panaquatira SJR/MA – falésia ao fundo.

Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 46: Matéria prima utilizada na construção da Camboa de Panaquatira SJR/MA.

Foto: Marcos Tadeu, 2018.

Procedeu-se com algumas medições de caracterização das estruturas. A altura mais extensa para o amontoado das rocha foi de aproximadamente 1 metro e 40 centímetros.



Foto 47: Foto com escala demonstrando a altura do empilhamento de pedra na Camboa de Panaquatira. Fonte: Mario Weidman, 2018.

A imagem acima foi registrada no estágio final de esvaziamento da camboa, então é preciso considerar que os montes de pedra passaram por diversos processos de cheias da maré. A largura dos empilhamentos nas partes mais preservadas da camboa foi de 1 metro de comprimento, assim como na imagem:



Foto 48: Espessura do empilhamento de pedra da Camboa de Panaquatira SJR/MA.
Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

Para medir as dimensões de distribuições horizontais foi preciso a utilização de gps, sendo a Camboa de entrada da praia de panaquatira de forma elipsoidal com dimensões em até 400 metros entre os pontos mais distantes.



Foto 49: Imagem de Drone Camboa de Panaquatira SRJ/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 50: Camboa de Panaquatira SRJ/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2017.

Percebeu-se também que as falésias permitem a visualização do processo de dinâmica da maré, sendo locais genuínos de domínio da paisagem e que hoje encontram-se totalmente povoadas pela comunidade de Itapary.



8

Foto 51: Área de Camboa com a maré cheia. Imagem captada de cima da falésia onde encontra-se a comunidade de Itapary. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 52: Maré na vazante onde parte das estruturas da camboa começam a se revelar na Camboa de Panaquatira SRJ/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 53: Maré na vazante onde parte das estruturas da camboa começam a se revelar na Camboa de Panaquatira SRJ/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

O momento em que o fluxo da maré passa de alta para baixa mar foi o momento chave para o contato com os pescadores. O processo de pesca é feito desde o momento inicial de aparecimento das Camboas. A partir daí, são variadas as técnicas utilizadas pela comunidade, sendo as mais recorrentes a utilização de redes de linha e tarrafas.



Foto 54: Sr Raimundo Nonato e seu filho Thiago Nonato esticando a rede para pesca na camboa de Panaquatira SJR/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 55: Confecção de redes artesanais feitas com fio de telefone na comunidade de Panaquatira/SJR/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 56: Seu João Nonato e a Produção de rede artesanal feita por fio de nylon.

Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

As redes e as tarrafas, assim como o cofo feito de palha são instrumentos de pesca que foram associados pelos próprios pescadores como cultura material transmitida pelos povos indígenas que habitaram naquela região. Foram visitadas duas residências onde artesãos foram entrevistados e relataram que a prática é decorrente da transmissão entre gerações familiares de pais e avós.

Em paralelo as camboas outras armadilhas de pesca são estabelecidas no mesmo espaço. Os currais de pesca feitos de madeira e rede traçada, também são armadilhas de pescas associadas à tradição indígena naquela região, é possível identificar inúmeras delas espalhadas por todo o litoral e áreas de mangue.



Foto 57: Pescadores fazendo a manutenção de currais de pesca feitos de madeira e rede na Praia de Panaquatira SJR/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 58: Cofo, Redes de Pesca e Curral na Praia de Panaquatira SJR/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 59: Pescadores em Currais de pesca feitas de madeira e rede na Praia de Panaquatira SJR/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 60: Prática de pesca em currais na Praia de Panaquatira SJR/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018



Foto 61: Prática de pesca em currais na Praia de Panaquatira SJR/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

Foi possível observar que existe uma organização familiar do trabalho de pesca nas Camboas e nos currais. Nota-se o estabelecimento de uma economia de pesca colaborativa que é transmitida através de geração, onde a divisão do lucro do trabalho é feito de forma igualitária entre os pescadores e pescadoras. Além da identificação de toda cultura material que envolve o ambiente de pesca a etapa de observação permitiu a identificação de práticas de transmissão cultural que segue uma hierarquia onde os mais velhos auxiliam os mais novos. Após o processo de identificação e caracterização do ambiente cultural das camboas, procedeu-se com a fase de entrevistas e educação patrimonial dialógica com a comunidade.

4.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA COMUNIDADE DE ITAPARY PANAQUATIRA – SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – MA

A oficina de socialização do conhecimento foi realizada no dia 5 de março de 2018, aconteceu na residência do Sr João Nonato Silva e contou com a presença de 20 participantes os quais eram pescadores e moradores da comunidade.

O planejamento se deu no processo de construção desta pesquisa e na obtenção de informações na fase 1 (observação). As informações levantadas foram didaticamente apresentadas como hipóteses de construções de pensamentos a respeito do patrimônio local, privilegiando um processo de educação patrimonial dialógica e não apenas expositiva.

Sr João Nonato pesca nas Camboas e constrói instrumentos de pesca artesanais. O contato com ele foi estabelecido na visita a camboa de Panaquatira no dia 28 de Fevereiro às 2 (duas) da tarde com o sol apino, onde o mesmo junto ao seu filho se preparava para uma pescaria com rede na maré vazante.



Foto 62: Sr João Nonato e seu filho Rafael Nonato em pesca de rede na Camboa da Praia de Panaquatira SJR/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 63: Sr João Nonato e seu filho Rafael Nonato em pesca de rede na Camboa da Praia de Panaquatira SJR/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

O contato com o Sr João Nonato permitiu o acompanhamento de um dia de pesca entre pai e filho e a observação da prática artesanal de confecção de redes de pesca (descrito acima). Por se tratar de um líder comunitário foi possível o estabelecimento e a articulação da oficina que contou com a presença de pescadores que foram convocados por Sr João Nonato e o seu filho Rafael Nonato.



Foto 64: Oficina de socialização do conhecimento na residência do Sr João Nonato na

comunidade de Panaquatira SJR/MA. Fonte: Sthéfane Batista, 2018.



Foto 65: Óficina de socialização do conhecimento na residência do Sr João Nonato na comunidade de Panaquatira SJR/MA. Foto: Sthéfane Batista, 2018.

Foram utilizados os recursos de audiovisual (Datashow) apontados acima na descrição da metodologia aplicada. Ao longo de toda apresentação foram levantadas questões, por parte dos participantes, sobre a metodologia do trabalho do historiador e sobre o estudo do passado e a atuação do homem no tempo, suas tradições e seus registros. Todas essas questões foram debatidas ressaltando a legislação nacional que estabelece uma metodologia de ação que deve ser planejada, executada e avaliada.

Percebe-se como diagnóstico que as camboas servem como ambiente não só de pesca comercial, mas também como forma recreativa de coleta de mariscos, revelando assim o multiuso do ambiente. Outrossim, diz respeito a condicionantes geográficas, onde “de cima” do morro (provável ponto de localização da antiga aldeia de Itapary) é possível perceber a dinâmica da maré em relação às armadilhas de pesca. Por mais que alguns sejam moradores recentes da região, alguns já criaram hábitos de coleta cotidiana na camboa e manutenção dos paredões de pedra. Fica nítido que a preservação das camboas só é possível a partir da iniciativa da comunidade, que atua sem qualquer incentivo público.

Todos os participantes associaram as Camboas de pesca aos povos indígenas que viveram no passado na região, há um claro esclarecimento sobre a preservação da tradição colaborando com a visão de valorização e identidade da trajetória histórico-temporal proposta por Horta, Grunberg e Monteiro (1999), por mais que as informações sobre esses povos tradicionais ainda sejam incipientes no processo de formação desses indivíduos.

4.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA OS ALUNOS DO 9º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO – PANAQUATIRA – SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – MA

A terceira e última etapa consistiu na aplicação da proposta de educação patrimonial para alunos de duas turmas do 1º ano do ensino médio da Escola Municipal Santo Antônio localizada a menos de 2 km do complexo de Camboas da Praia de Panaquatira. Fica situada no bairro de Itapary, na Avenida Panaquatira S/N.

A escola municipal funciona com o ensino fundamental pela manhã e o ensino médio a tarde. A aplicação da proposta foi feita com cerca de 80 alunos de duas turmas que foram integradas 1º ano A e B, que estão trabalhando o tema da “história antes da escrita”. Toda articulação foi feita com a direção da escola (diretor Pauto Ricardo Araújo) e os professores de história (Daniela Guimarães Silva e biologia (Paulo Simeone). Para a realização das atividades, utilizamos duas horas/aula (100 minutos) de acordo com a disponibilidade oferecida pela própria equipe pedagógica.

Como parte do planejamento o livro didático utilizado pelos alunos serviu como fonte para melhor dinâmica da apresentação, com um material de familiaridade tanto do professor quanto do aluno.

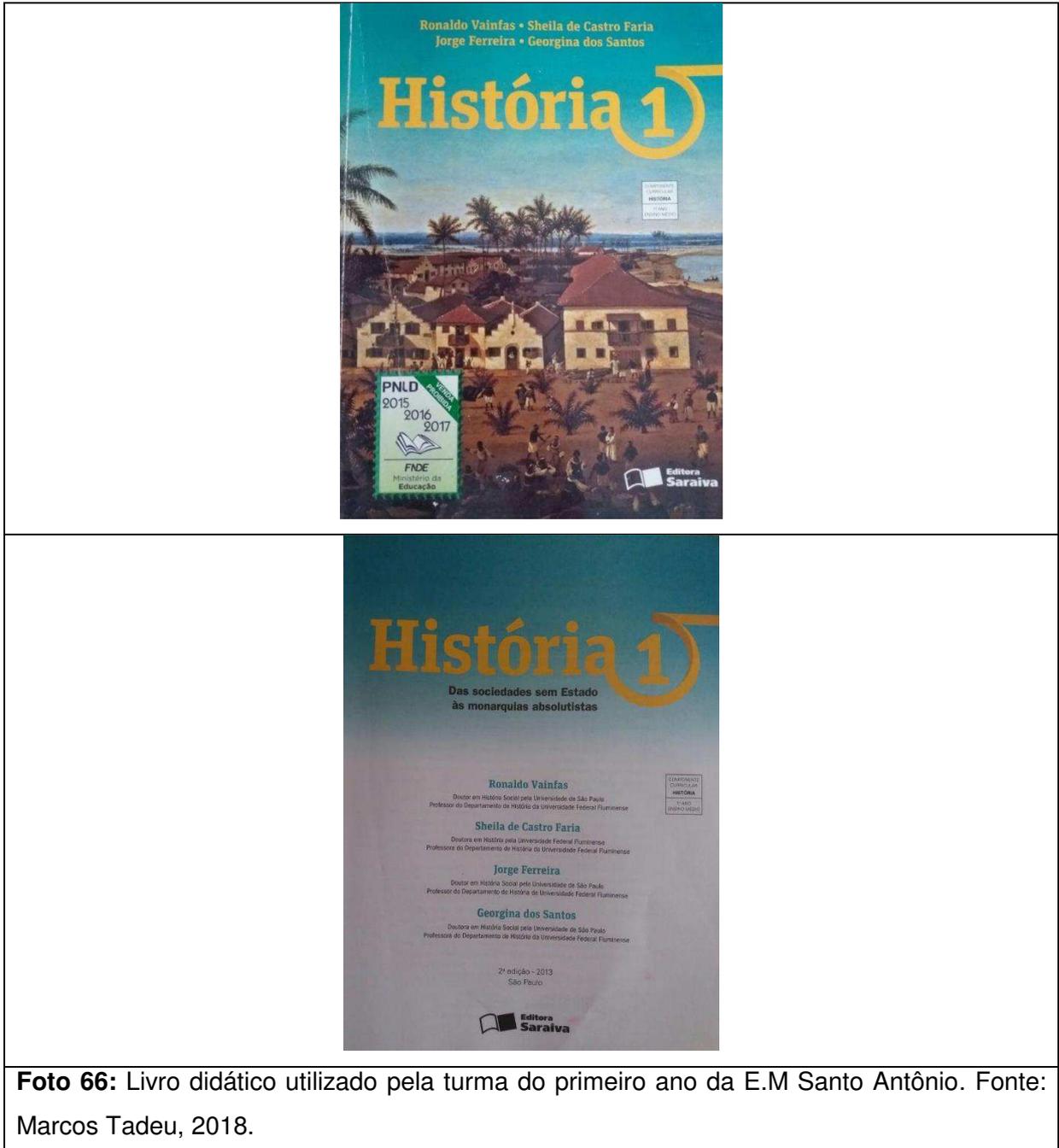


Foto 66: Livro didático utilizado pela turma do primeiro ano da E.M Santo Antônio. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

O livro utilizado pelos alunos e pelo professor é o “História1 – Das Sociedades sem Estado às monarquias absolutistas” organizado por Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos. A unidade 1 (um) do livro trabalha com o tema “*A história antes da escrita*” e aponta através de informações científicas arqueológicas que a história da humanidade se iniciou muito antes do estabelecimento da escrita que ocorreu por volta de 4000 a.C. Os autores apontam o conceito de “Pré-História” como um termo ultrapassado e que foi adotado para se contrapor ao termo “História” que designava o período posterior a escrita, porém de

acordo com essa cronologia, se o primeiro homínido catalogado pela arqueologia teria vivido há cerca de 4 milhões de anos, seria possível deduzir que a maior parte da trajetória da humanidade não teria ocorrido no tempo histórico. Nesse sentido, o material didático aponta que o termo “Pré-história” não é mais adequado para definir os acontecimentos que marcaram a história antes do surgimento da escrita, sendo que até a contemporaneidade há povos que vivem sem o uso da escrita e não se eximem em produzir cultura e de fazer história.

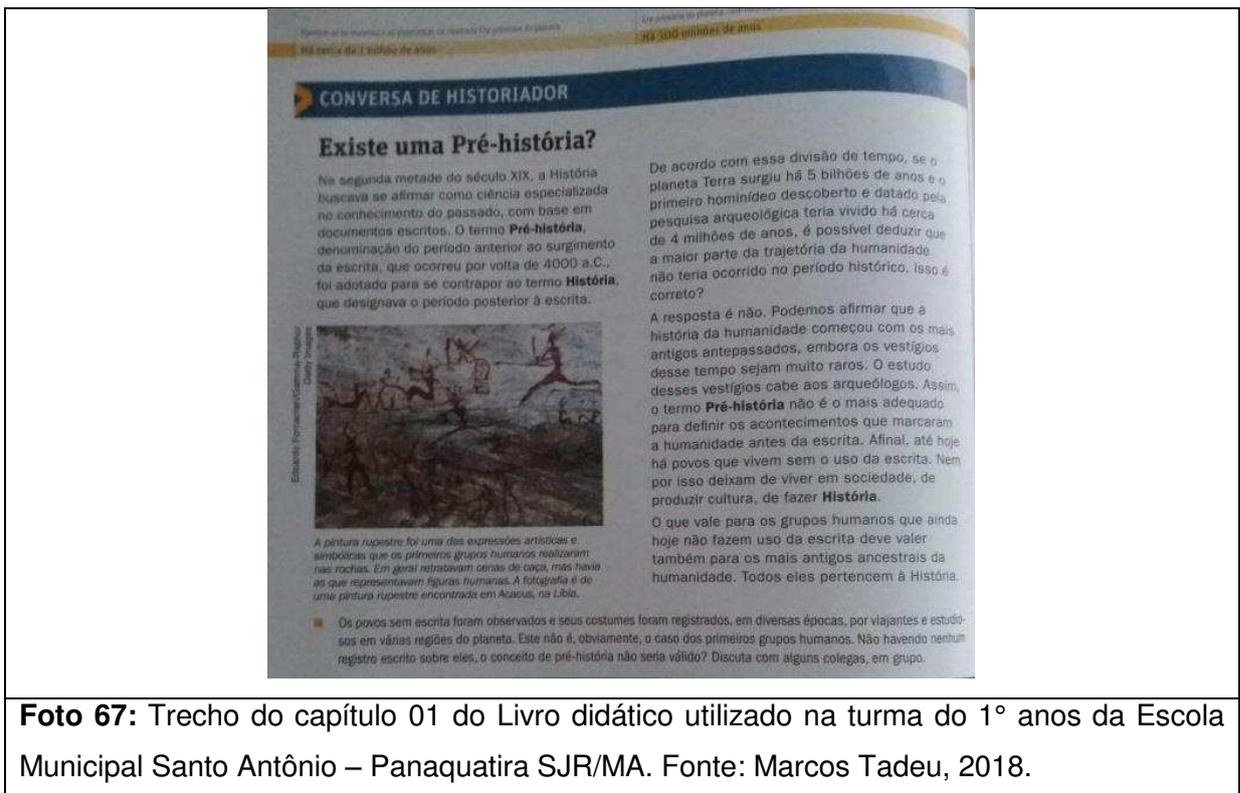


Foto 67: Trecho do capítulo 01 do Livro didático utilizado na turma do 1º anos da Escola Municipal Santo Antônio – Panaquatira SJR/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

No capítulo 2 é tratado o tema sobre a “Ocupação da América” em que é apresentado resultados sobre os estudos em Lagoa Santa em Minas Gerais onde no século XIX foram realizadas as primeiras pesquisas arqueológicas no Brasil e também foram localizados vestígios de seres humanos datados entre 11 mil e 13 mil anos de idade, onde mais tarde foi descoberto que se tratava de uma mulher a quem os arqueólogos denominaram de Luzia, até então o fóssil mais antigo da América.

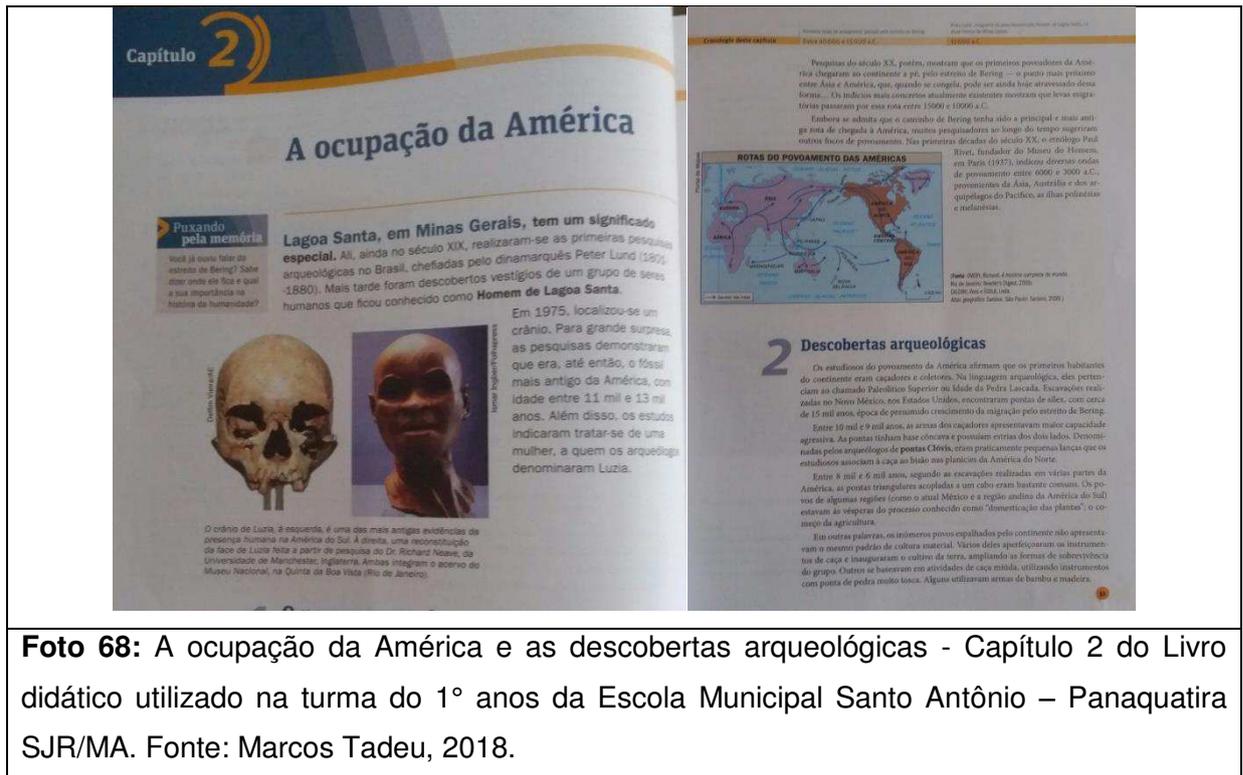


Foto 68: A ocupação da América e as descobertas arqueológicas - Capítulo 2 do Livro didático utilizado na turma do 1º anos da Escola Municipal Santo Antônio – Panaquatira SJR/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

Sobre os sítios arqueológicos brasileiros, além da Luzia apontada acima, são apresentadas evidências arqueológicas encontradas nos Sambaquis, também conhecidos como concheiros ou casqueiros, onde o sambaqui mais antigo data de 6.000 (seis mil) anos Antes do Presente, pertencendo à fase neolítica. O capítulo também pontua que os sítios de sambaquis mais antigos no Brasil são os do litoral de Santa Catarina, em especial o de laguna no município de Jaguaruna.

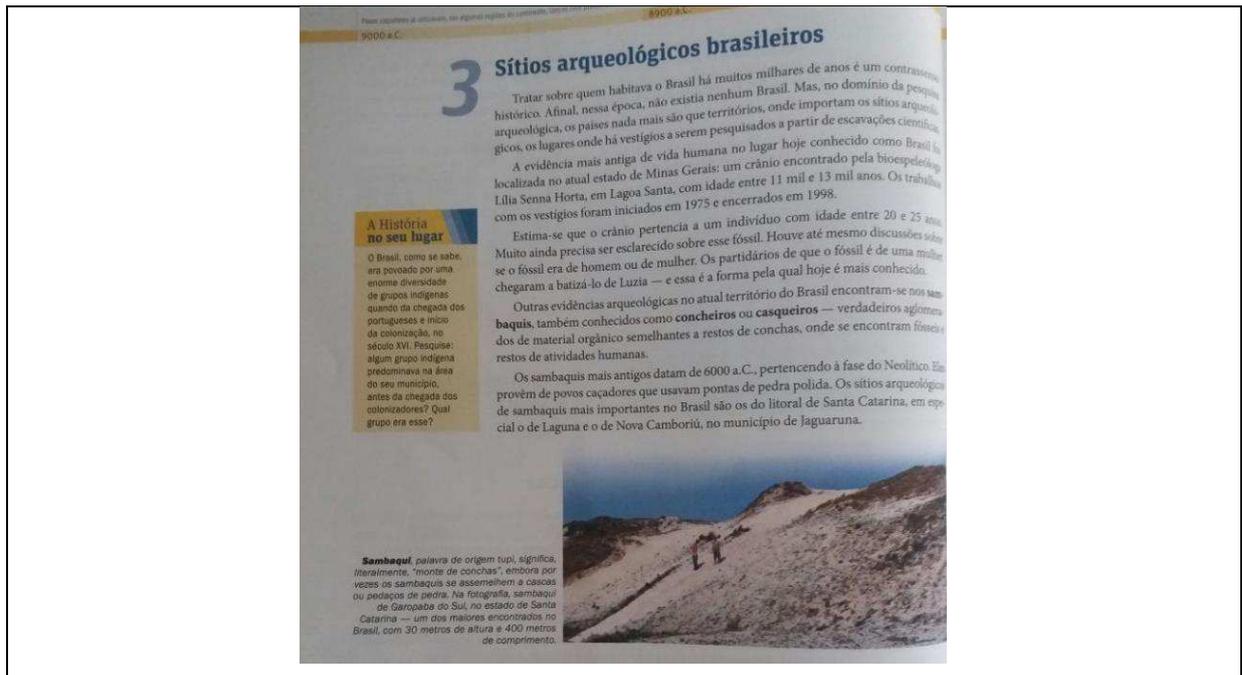


Foto 69: Tópico 3 do capítulo 2 que trata dos sítios arqueológicos brasileiros e os Sambaquis de Santa Catarina - Livro didático utilizado na turma do 1º anos da Escola Municipal Santo Antônio – Panaquatira SJR/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

O livro didático trabalhado em sala de aula apresenta informações atualizadas sobre a desconstrução do conceito de “Pré-História” e um panorama sobre as primeiras ocupações da América e do Brasil, familiarizando o aluno com termos como “Sambaquis” e “Caçadores-coletores” e apontando várias datações relevantes sobre o início da ocupação humana na América. Todavia, como pontuado nessa proposta, esses registros arqueológicos e históricos também são encontrados e catalogados no Maranhão e não há sequer uma nota no livro didático ou qualquer outro material utilizado na escola que socialize informações sobre a história local. Exemplo disso é a ausência de informações sobre o sambaqui de Panaquatira datado pelo professor Arkley Marques Bandeira com 5.000 anos Antes do Presente e as Camboas que possuem uma catalogação histórica na literatura do contato no século XVII. Não há qualquer material didático que trabalhe a história local, os aspectos apresentados sempre são associados a figura do outro distante, sendo que a comunidade de Panaquatira e o estado do Maranhão possuem um rico acervo patrimonial arqueológico e histórico.

A educação Patrimonial é uma maneira de estar integrando preservação com políticas culturais e desenvolvimento da cidadania, já que todos têm a

responsabilidade de juntos cuidarem desse patrimônio, tendo o cuidado de buscar a sustentabilidade das áreas a serem pesquisadas. Nesse sentido, a apresentação audiovisual buscou acrescentar ao material didático do professor informações sobre a história e o acervo patrimonial local.

Os estudantes tornam-se parte fundamental dessa integração, pois é muito importante assimilar a opinião de quem no futuro será beneficiado com a proteção do patrimônio e certamente será agente direto no processo de preservação.

Uma das maneiras de despertar para a importância da preservação do patrimônio foi estimular os alunos a perceberem que a Ilha de São Luís e a comunidade de Panaquatira, diferente do que é valorizado no livro didático, possuem um importante e rico acervo patrimonial e que com a educação e o respeito, poderão orientar-se pela observação de alguns critérios e juntos buscar soluções para a preservação e o aproveitamento desse enorme potencial.

A história da região e a socialização das informações arqueológicas são mecanismos essenciais para o estabelecimento da identidade do aluno em relação ao patrimônio local e sua valorização. O livro didático utilizado na escola não faz qualquer abordagem sobre as Camboas ou qualquer bem patrimonial de Panaquatira ou da cidade de São Luís. Nesse sentido, a exposição iniciou-se com a apresentação de informações sobre a história e arqueologia local, como exposto na descrição da metodologia deste trabalho. Como a arqueologia é um tema a ser trabalhado pelo professor de história em sala de aula, os alunos já tinham conhecimento sobre esse campo de estudo.

A apresentação foi iniciada com a exibição do vídeo voo de drone que foi feito sobre as Camboas de Panaquatira, utilizando da tecnologia como mecanismo didático inicial. Após a apresentação do vídeo iniciou-se a discussão sobre conceitos básicos de Patrimônio, História e Arqueologia. Em seguida, abordou-se a diversidade do patrimônio arqueológico maranhense, através da apresentação de documentos históricos e os sítios arqueológicos encontrados na comunidade de Panaquatira, dando enfoque na história de São Luís e os seus municípios, além de mostrar através de figuras presentes na apresentação visual a diversidade do patrimônio local e associá-los as várias ocupações humanas que ocorreram no Maranhão.



Foto 70: Faixada da Escola Municipal Santo Antônio – Panaquatira/SJR-MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 71: Aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA. Fonte: Sthefane Batista, 2018.



Foto 72: Aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA. Fonte: Sthefane Batista, 2018.



Foto 73: Aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA. Foto: Sthefane Batista, 2018.

Ao longo da apresentação foi aberto ao diálogo onde os alunos socializavam as suas informações sobre o tema trabalhado, respondendo os seguintes questionamentos. “A Pré-história é um termo correto para falar sobre a trajetória do homem no Maranhão antes da escrita (contato com Europeus?)”, “Houve história no Maranhão antes da chegada dos Europeus?”, “Quais os povos que viveram em São José de Ribamar no período pré-colonial?” “Como vivia o homem pré-colonial que

ocupava o litoral da ilha de São Luís” “Quais povos começaram o processo de construção das Camboas na praia que hoje é conhecida como Panaquatira?”, “A comunidade de Panaquatira ainda mantém alguma prática relacionada aos primeiros povoadores da região?”, “Qual a importância do Sambaqui de Panaquatira para a História do Maranhão e do Brasil”, “Qual a importância das Camboas e outras tradições de pesca para a comunidade de Panaquatira?”, “As Camboas podem ser consideradas como Patrimônio? Em quais Categorias?”, “Por que é preciso preservar o Patrimônio Local?”. As perguntas embora simples permitiram o delinear da discussão sobre a história local e a contextualização da tradição de pesca no litoral da ilha de São Luís e cidade de São José de Ribamar assim como a preservação do patrimônio em suas diferentes nuances.

No segundo momento da intervenção educativa foi realizado um trabalho prático, ou seja, uma oficina de desenho. A oficina objetivou suscitar as impressões dos alunos sobre o patrimônio cultural e arqueológico de São Luís do Maranhão e as cidades que pertencem à ilha apresentados durante a exposição oral. Nesse sentido foi reservado um segundo momento para a realização do trabalho prático, onde foram distribuídos para cada aluno o material na oficina (pincel colorido e folha de papel em branco). No final das atividades todos os desenhos foram analisados e discutidos com o público.

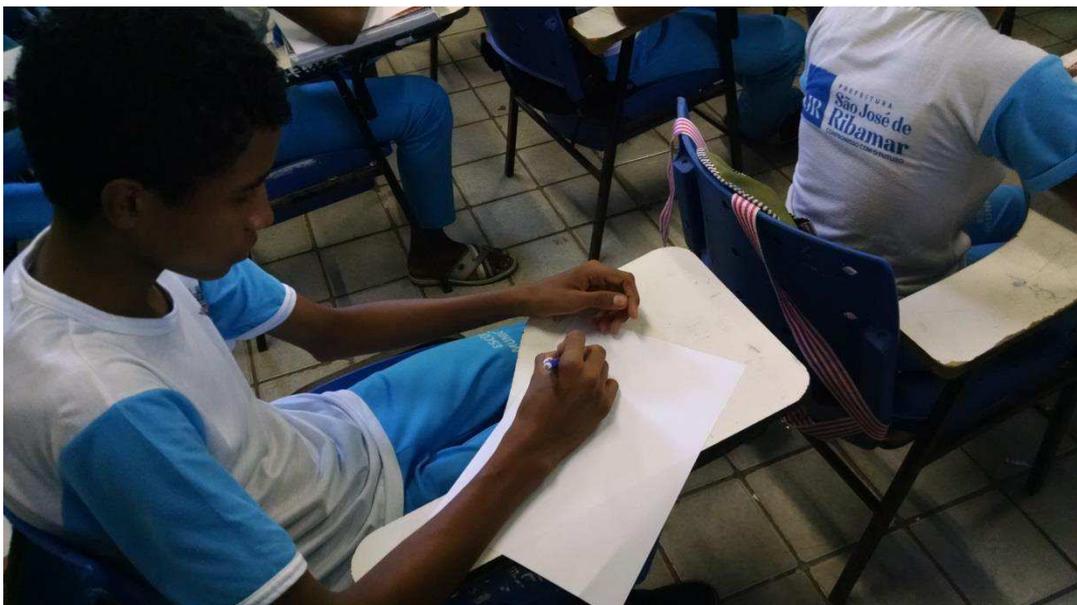


Foto 74: Oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu,

2018.



Foto 75: Oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 76: Oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

Os resultados dos desenhos serviram como forma avaliativa, pois refletiram as discussões feitas na apresentação visual e deram liberdade de reflexão do pensamento em imagem. Nesse sentido, os desenhos se caracterizaram por

representações do patrimônio cultural material e imaterial: Cenas de grupos caçador-coletores, arte rupestre, machados líticos, cerâmica, representações de sítios arqueológicos, patrimônio edificado. Outrossim, alguns desenhos também foram feitos acompanhados por frases sobre a importância da preservação do patrimônio.

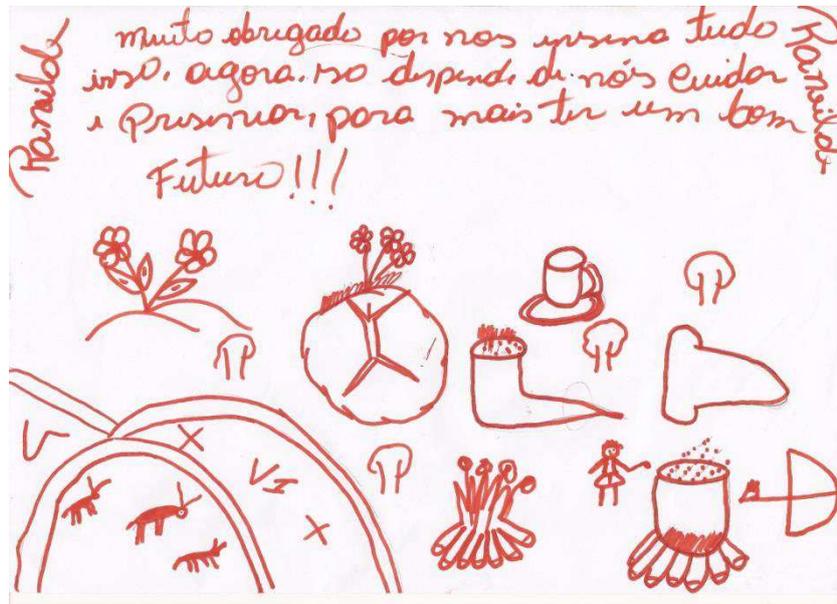


Foto 77: Texto sobre a importância da preservação e retratação do patrimônio arqueológico do Maranhão. Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

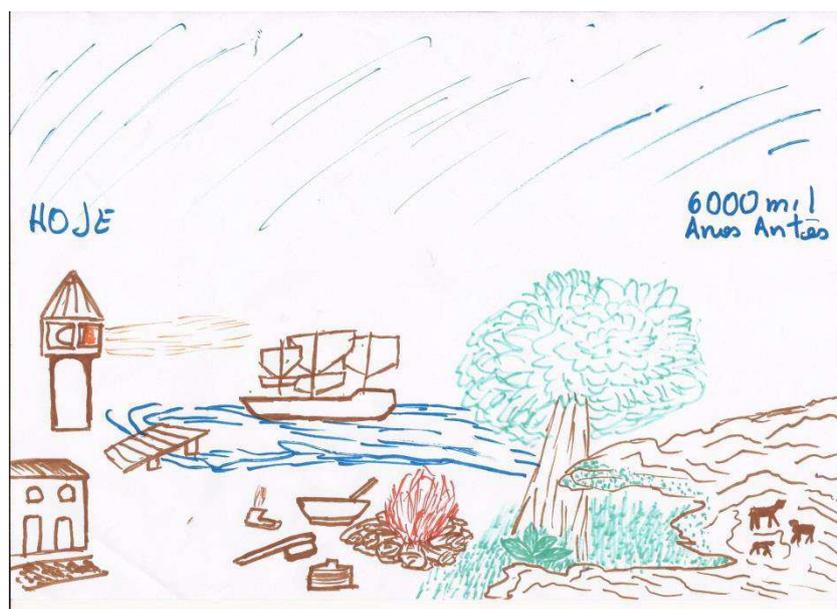


Foto 78: Diferentes contextos de ocupação da Ilha de São Luís e sua paisagem

natural. Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 79: Diferentes espaços patrimoniais do Maranhão. Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 80: Texto sobre a importância da preservação e retratação do patrimônio arqueológico do Maranhão. Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 81: Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 82: Cultura Material - Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

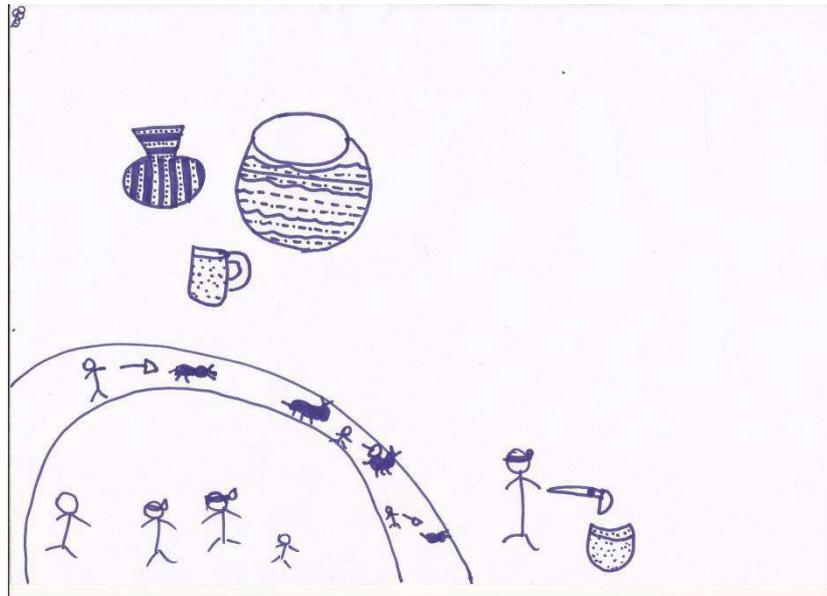


Foto 85: Cultura Material e Imaterial - prática de caça tradicional. Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

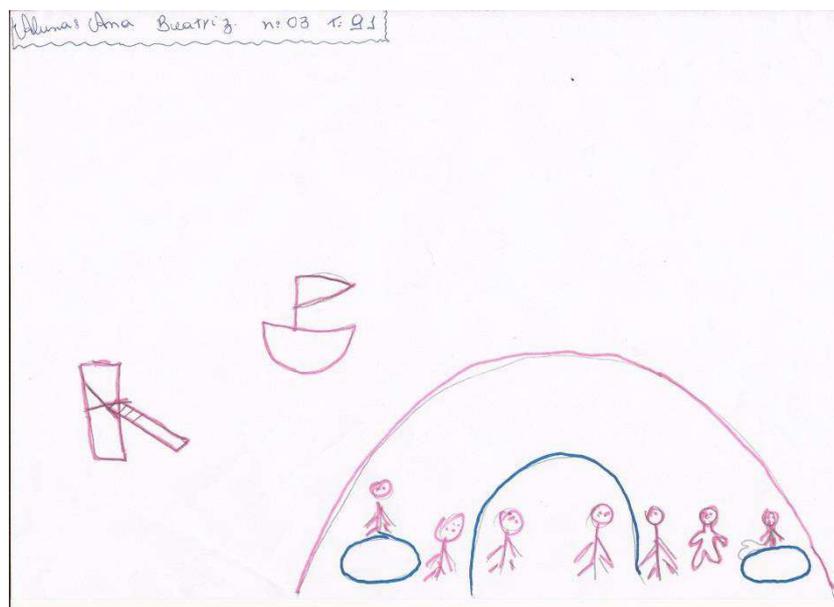


Foto 86: Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 87: Cultura Material - Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 88: A tradição da caça. Resultado da oficina de Desenho na aplicação da proposta de Educação Patrimonial na Escola Municipal Santo Antônio –São José de Ribamar/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

5 RESULTADOS

Esta pesquisa obteve resultados importantes referentes à problemática da Educação Patrimonial como mediadora da informação acerca do patrimônio local inserido no contexto das Camboas de Panaquatira São José de Ribamar - MA.

Através da análise da bibliografia especializada sobre a temática em questão, foi possível levantar primeiramente informações científicas sobre esse patrimônio que se enquadra em pelo menos 3 categorias: Material (sítio arqueológico registrado), imaterial (tradição de pesca) e paisagístico cultural (estruturas que compõem a paisagem). Foram traçadas informações desde sua visão no senso comum até a sua significância dada a partir de informações científicas.

A dinâmica de estudo acerca do patrimônio se fez necessário para inserirmos de fato a temática em discussão: Educação Patrimonial como mediadora da informação. Como exposto neste trabalho a Educação Patrimonial tem como razão maior de sua existência a valorização e preservação do patrimônio cultural. É através das ações de Educação Patrimonial que se pode alcançar uma maior conscientização das pessoas acerca da valorização e preservação de sua identidade e memória cultural. É muito importante que a Educação Patrimonial seja entendida como um agente mediador da informação, que visa à construção do conhecimento, o desenvolvimento do pensamento crítico/reflexivo acerca do patrimônio. No momento em que é mediada a informação acerca do patrimônio, os sujeitos se apropriam dessas informações transformando-as em conhecimento.

Portanto, esta proposta de Educação Patrimonial, como mediadora da informação, também consistiu em uma forma de resgatar a memória e identidade cultural. A proposta não se limitou apenas ao público escolar, mas houve um envolvimento com diferentes agentes da comunidade responsáveis pela preservação do patrimônio local, sendo a participação em práticas cotidianas como pesca e artesanatos fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa. A fase de observação além de servir de identificação e caracterização do ambiente cultural das Camboas, também possibilitou uma vivência com a cultura local sendo registradas a partir de entrevistas e Educação Patrimonial dialógica com alguns pescadores.

Em destaque fotografias e fala de algumas entrevistas realizadas de forma informal no momento de interação com a comunidade de Panaquatira:



Foto 89: Registros do Sr João Nonato Silva artesão da comunidade de Panaquatira SJR/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

Quando as redes de náilon chegaram mudou, a gente usava a de cordão, a gente tinha que ir até o mercado central comprar, era um dia pra ir e um dia pra voltar, e depois que apareceu o náilon o negocio melhorou, eu aprendi fazer rede com meu pai que aprendeu com meu avô, os mais antigos falam que esse negocio de rede já era coisa utilizada pelos índios que viviam aqui na região, hoje dá pra pescar de rede, de anzol de tarrafa e até com a mão no caso do siri, a camboa produz de tudo quanto é só saber pegar. SILVA, João Nonato, 2018.

O morador da Comunidade de Panaquatira SJR/MA Sr João Nonato Silva, Pescador e Artesão de 50 anos, em sua fala revela alguns aspectos sobre os instrumentos tradicionais de pesca e a transmissão do conhecimento através da história oral. As informações que foram passadas pra ele ao longo do tempo revelam práticas cotidianas de preservação do patrimônio em diferentes nuances, e principalmente há uma associação clara aos povos indígenas que viveram na região antes do contato com os Europeus. Mesmo sem contato com informações acerca do conceito de Patrimônio e medidas de salvaguarda o sr João é agente local de preservação possuindo um conhecimento empírico que permite a preservação da tradição de pesca nas Camboas de Panaquatira.

Fala do Pescador e construtor da Camboa José de Ribamar Corrêa:



Foto 90: Construtores da Camboa de Panaquatira SJR/MA - respectivamente José de Ribamar Corrêa, Fabrício de Jesus Silva e José Francisco Penha. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

A camboa a pessoa fazia na mão, mas era só quem sabia mesmo, é como fazer curral só que de pedra, a pedra cai do morro e a gente pega do chão e vai empilhando aonde o mar vai derrubando. Sempre se pegou peixe, camarão, e cada um pescava na sua, camboa. Naquele tempo, acho que tinha um monte de camboa espalhada aqui na praia, tudo ajudava principalmente no período da sardinha, mas com certeza foram os índios que tiveram a ideia, de pegar a pedra no paredão e trazer pra cá, e até hoje a gente faz, O curral também tem muito tempo, que ai no certo tempo, apareceu à ideia não sei de quem foi, mas eu acho que foi de índio também. Ribamar, Sr. José, 2018.

O Sr José de Ribamar de 60 anos é pescador e construtor da Camboa, em sua fala é possível observar alguns aspectos sobre o processo de manutenção do patrimônio e aplicação de técnicas tradicionais de construção das armadilhas de pesca no Litoral de São José de Ribamar, assim como a utilização das rochas que se desprendem das falésias e são empilhadas no processo de formação das armadilhas. Também foi possível obter informações sobre a funcionalidade das armadilhas de pesca em diferentes contextos e que provavelmente haviam várias outras Camboas instaladas na praia de Panaquatira que hoje estão soterradas devido à dinâmica da maré e intemperismo local.

Sobre o período da Sardinha, trata-se de um período de desova da espécie que atrai pescadores para pesca na Região. Quando questionado sobre a

temporalidade das estruturas e da tradição de pesca nas camboas mais uma vez houve uma direta associação aos povos indígenas que viviam na ilha antes da chegada dos Europeus, porém sem especificação de grupo étnico. A fala do sr José revela a intensidade dos agentes locais na preservação patrimonial.

Fala da Sra Lara Barros de Sousa:



Foto 91: Coleta de sirí nas pedras da Camboa de Panaquatira SJR/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018



Foto 92: Sra Lara Barros de Sousa coletora da Camboa de Panaquatira SJR/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.



Foto 93: Pesca e coleta – Camboa de Panaquatira SJR/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

Eu tenho pouco tempo que moro aqui em Ponta Verde, Itapary que chama né? Gosto de trazer meus filhos pra pegar sirí nas pedras de tardinha, tem muita gente que pesca aqui, alguns pra levar pra casa pra comer e outros que pegam camarão e peixe pra vender. Venho aqui porque gosto do contato com a natureza e gosto muito de comer esses bichos do mar, dizem que os antigos já pescavam aqui, não

pode botar em qualquer lugar porque tem lugar que é mais fundo e o bicho não fica preso, tem que conhecer bem a região, é um conhecimento antigo. É muito bonito quando o mar enche fica tudo coberto e de cima do morro onde eu moro consigo perceber quando tá secando e já corro pra cá com os meninos. Aqui eu pego de tudo, mas só pro consumo próprio mesmo, já até ajudei a colocar umas pedras, mulher também constrói. Sra. Nathalia, 2018.

Percebe-se pela fala da sra Nathalia que as camboas servem como ambiente não só de pesca comercial, mas também como forma recreativa de coleta de mariscos, revelando assim o multiuso do ambiente. Outrossim, diz respeito a condicionantes geográficas, onde “de cima” do morro (provável ponto de localização da antiga aldeia de Itapary) é possível perceber a dinâmica da maré em relação às armadilhas de pesca. Por mais que a entrevistada seja moradora recente da região, já criou habito de coleta cotidiana na camboa, e assim como os demais entrevistados associa as armadilhas de pesca aos povos indígenas que viveram no passado na região colaborando com a visão de valorização e identidade da trajetória histórico-temporal proposta por Horta, Grunberg e Monteiro (1999).

Fala do pescador João Francisco Lopes:

É esse trabalho eu faço desde pequeno, e naquele tempo quando eu vinha com meu avô, eu pescava de rede né, rede era de cordão, mas hoje dá pra fazer até de fio de telefone, aprendi com me avô. Eu trabalho com isso também com a reciclagem, basta saber aproveitar, e é bom pro meio ambiente. Eu chego é cedo e fico de olho na maré, quando vejo que virou já venho pra cá e é daqui que levo o cumê pra dentro de casa. São antigas né? Eu acho que tinha uma pução só que agora não dá pra ver porque deve tá enterrado. Lopes, João Francisco, 2018.



Foto 94: Conversa com o sr João Francisco Lopes na Camboa de Panaquatira SJR/MA. Fonte: Sthefane Batista, 2018.



Foto 95: Coleta com o sr João Francisco Lopes na Camboa de Panaquatira SJR/MA. Fonte: Sthefane Batista, 2018.



Foto 96: Reciclagem com fios de telefone na residencia do Sr João Francisco Lopes Panaquatira SJR/MA. Fonte: Marcos Tadeu, 2018.

O Sr Francisco tem 30 anos e é natural de Panaquatira, pesca diariamente nas camboas e faz trabalho com reciclagem de fios de telefone para produção de rede de pesca. Esse trabalho é reflexo direto do processo de valorização da paisagem e interação com o patrimônio paisagístico natural. A prática de confecção de rede nesse caso é apontada como herança tradicional de 3 gerações e há novamente a associação com os grupos indígenas que habitavam a região, discurso comum entre todos os entrevistados.

Fala do Sr Raimundo Costa Nascimento:

O mar é um aquário e o peixe é besta, é só ensinar onde ele vai comer, ele se guia pelo som, as pedras fazem barulho quando a maré ta enchendo e o peixe sabe que lá tem comida, quando a maré seca ele fica preso e é só ir lá passar a rede, tem que entender a natureza, hoje em dia os mais novos não querem mais saber de pescar porque vem pra praia com celular só pra tirar foto, não param pra enxergar como a natureza se comporta, os antigos é que sabiam das coisas, tanto é que até hoje a gente pesca nesses lugares que eles pescavam. Nascimento, Raimundo Costa, 2018.

A ultima fala aqui apresentada é a do Sr Raimundo Costa Nascimento, pescador de 55 anos morador da comunidade de Panaquatira que ao falar sobre as Camboas demonstra a relação entre o a prática de pesca e o conhecimento da paisagem e a interação do individuo com o ambiente natural. Também é perceptível a preocupação com a preservação das práticas tradicionais em meio ao desenvolvimento de novas tecnologias. Mais uma vez fica nítido a associação das Camboas aos povos indígenas que ocuparam o litoral em outros contextos de ocupação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de educação patrimonial pretendeu desenvolver uma premissa libertadora, assim como define Scifoni (2012, p. 33), “é a busca da construção de uma nova relação entre a população com o seu patrimônio cultural”. Nesse sentido, é preciso o reconhecimento e valorização de outras categorias de patrimônio que não valorizam apenas valores estéticos e formais, mas os laços afetivos, sociais e simbólicos da sociedade onde está inserido.

Esse trabalho sobre as Camboas de Panaquatira permitiu o levantamento de novos dados sobre o acervo patrimonial e a legitimação do enquadramento em pelo menos 3 (três) categorias: Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial e Patrimônio Paisagístico Natural, por mais que apenas seja reconhecido oficialmente pelo IPHAN como sítio arqueológico com cadastro no CNSA. É preciso que mais ações sejam empreendidas para que esse patrimônio seja preservado com e pelos moradores da região.

A aplicação da proposta na escola de ensino básico permitiu que os alunos fizessem relações entre a cultura local e os conteúdos apresentados no material didático. Também percebeu-se a consciência dos moradores quanto ao fato de que as Camboas e as práticas de pesca são heranças pertencentes a ocupação indígena pré-colonial na região.

O processo de educação patrimonial buscou o diálogo entre informações científicas e empíricas sobre o patrimônio colaborando com as práticas de preservações locais.

Outro tipo de ações muito importantes desenvolvidas neste trabalho foram às oficinas educativas na comunidade. É preciso reconhecer que essas ações precisam ser desenvolvidas como um processo que tenha uma continuidade, pois só dessa forma a educação acerca do patrimônio estará em um constante processo de mediação, visando a construção do conhecimento.

As ações educativas contemplaram desde a socialização do conhecimento com os moradores e palestras/oficinas realizadas com a comunidade escolar,

principalmente os professores e os alunos que são agentes fundamentais para a continuidade da proposta.

No contato com a escola foi possível perceber como alguns temas relacionados ao patrimônio são abordados no livro didático permitindo assim a elaboração de uma apresentação contextualizada com temas já trabalhados com os alunos. As palestras renderam bons frutos, como a socialização de temas que não são trabalhados nos livros didáticos e nem constantemente explorados pela grande mídia, somando-se ao resultado do conhecimento construído pelos participantes. Uma construção conjunta do conhecimento para o desenvolvimento de ações relacionadas a preservação do patrimônio local, colaborando com as já existentes.

Por sua vez, a proposta apresentada permitiu a elaboração de um material didático que foi totalmente disponibilizado para o corpo discente da escola e os participantes da oficina na comunidade de Panaquatira. Toda ação teve como objetivo envolver a comunidade acerca de questões relacionadas a seu patrimônio, para uma maior valorização e preservação e disseminação destes conhecimentos apropriados através da mediação.

REFERÊNCIAS

LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Artigo 216, parágrafo 5º, da Constituição Federal de 1988. Estabelece o Patrimônio Cultural Brasileiro como bens de natureza material e imaterial.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Artigo 225, parágrafo 5º, da Constituição Federal de 1988. Estabelece que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

_____. Portaria SPHAN nº 007, de 01 de dezembro de 1988. **Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios previstos na Lei nº 3.924/1961. 1988.**

_____. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – IBAMA.

_____. Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009. Regulamenta a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, abr. 2009^a

_____. Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza o patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del0025.htm>. Acesso em 29 de maio de 2012.

BIBLIOGRÁFICAS:

AB'SABER, A. N. **Os Domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BANDEIRA, A. M. **Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís – MA: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica**. Tese de Doutorado. 2013. Tese. Programa de Pós-graduação em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

BANDEIRA, A. M.; BRANDI, R. A. (org). **Nova Luz Sobre a Arqueologia do Maranhão**. 1ed. São Luís: Brandi e Bandeira Consultoria Cultural, 2014.

CASCO, A. C. A. J. **Educação Patrimonial e Sociedade. Patrimônio:** Revista Eletrônica do IPHAN. N. 03, Jan – Fev. 2005. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=526>> Acesso em 20 fev. 2018.

CHOAY Françoise. **A alegoria do Patrimônio**, São Paulo; Estação Liberdade; Ed. UESP, 2001.

DEMARCHI, João Lorandi. **Perspectivas para atuação em Educação Patrimonial**. Revista CPC, São Paulo, n.22, p.267-291, jul./dez. 2016.

D'ABBEVILLE, Cláudio. **História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças**. São Paulo, Siciliano, 2002.

FLORENCIO, Sonia R. R. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson (org.). Caderno do patrimônio cultural. Fortaleza: Secretaria Municipal de Cultural, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 184 p.

GRUNBERG, Evelina. **“Educação Patrimonial: Utilização dos Bens Culturais como Recursos Educacionais”** in **Museologia Social**. Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, 2000.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Museu Imperial. Brasília, 1999.

IPHAN. **Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos**. 2014.

LACROIX, M.L.L. **A Fundação Francesa de São Luís e seus Mitos**. São Luís: Editora UEMA, 2018. 3ª edição revisada e ampliada.

LEITE FILHO, D.C., **Ocupações pré-coloniais na Ilha de São Luís: Ocorrências de grupos Ceramistas Proto-Tupi**. Boletim da Comissão Maranhense de Folclore, n.32.São Luís:2005.p.12-13.

LIMA, O. C.; AROSO, O.C.L. **Pré-História Maranhense**. São Luís-MA: SIOGE, 1989.

MACHADO, A.L.; CORRÊA, C. G.; LOPES, D.F. Os Sambaquis de São Luís – MA. In: **SIMPÓSIO DE PRÉ-HISTÓRIA DO NORDESTE BRASILEIRO**, 1, 1991. **Anais...** Recife: UFPE – CLIO – Série Arqueológica v.1, n. 4 – extra, 1991, p. 99-100, 167 p.

MARQUES, C.A. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. 3. Ed. rev. e ampl São Luís. Edições AML, 2008.

MORAIS, José Luiz de **Tópicos da Arqueologia da Paisagem**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, MAE/USP, n.10, pp. 03-30, 2000.

PEREIRA, Danilo Celso: **Paisagem como patrimônio: entre potencialidades e desafios para a implementação da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira** / Danilo Celso Pereira - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2018.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília: Iphan, 2007.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2014.

SILVEIRA, Flávio L. A.; BEZERRA, Márcia. **Educação patrimonial: perspectivas e dilemas**. In: LIMA FILHO, Manuel F. et al (orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.81-97.

SILVEIRA, F. L. A.; BEZERRA, M. IN: **Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos** (Org. FILHO, M. F. L; BELTRÃO, J.F.; ECKERT, C.). *Associação Brasileira de Antropologia*. Blumenau, Nova Letra, 2007. 368p. 81-97.

SIMÕES, M. F **Relatório semestral de atividade do Pesquisador-Chefe Mário Ferreira Simões para o segundo semestre de 1971.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1971.

SCIFONI, Simone. **Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema.** In: TOLENTINO, Atila B. **Educação patrimonial: reflexões e práticas.** João Pessoa: Superintendência do Iphan-PB, 2012.

SCIFONI, S; NASCIMENTO, F. B. Paisagem Cultural do Vale do Ribeira (SP): novas ações e pesquisas nas políticas federais de patrimônio cultural. In: IPHAN, **Anais do 1º Colóquio Ibero-americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto-2010.** Belo Horizonte, 2017. nº 6, p. 316-337.

STADEN, H. **Primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes.** São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999.

ANEXOS

